

**UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SAÚDE E GESTÃO
DO TRABALHO - MESTRADO PROFISSIONAL**

EDIVANA RIBEIRO TAVARES

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL:
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COM O USO DA SOCIOPOÉTICA**

Itajaí / SC

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

EDIVANA RIBEIRO TAVARES

**CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL:
UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COM O USO DA SOCIOPOÉTICA**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos parciais para a obtenção do título de Mestre em Saúde pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Saúde e Gestão do Trabalho – Mestrado Profissional da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, sob orientação da **Prof^a. Dr^a Yolanda Flores e Silva**.

Linha de Pesquisa: A Família em Seu Ciclo Vital

Itajaí / SC
- 2009 -

"Ensina a criança no caminho em que deve andar, e até quando for velho não se desviará dele" (Pv. 22:6).

"E vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira, mas criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor" (Efésios 6:4).

AGRADECIMENTOS

Reconheço na fé em Deus a força maior que me dá a vida, a inteligência, o raciocínio, o talento e a humanidade, que irmana a todos;

Busco em minha filha, Tainah, a fortaleza para enfrentar os desafios;

Encontro em meus pais, Lícínio e Efigênia, o exemplo de dedicação, que me deu a educação, a formação, o apoio do lar e o refúgio contra o cansaço e o desânimo;

Compartilho com meus irmãos, Rosângela, Héilton, Silvana, Rosana e Gilvana, assim como com meus sobrinhos Brenno, Brunno, Érika, Felipe, Léo, Henrique, Jad, Letícia, Rodrigo e familiares o incentivo, a confiança e a vibração que me lançam à frente;

Recebo dos mestres, além do conhecimento, a compreensão, a direção, a paciência e as diretrizes para cumprir minha jornada acadêmica na busca do conhecimento e no preparo para o mercado de trabalho;

Levo da Instituição de Ensino e dos colegas de curso, com quem dividi o aprendizado e preparação, a saudade, o companheirismo, a amizade e nossas melhores lembranças.

Guardo dos amigos, que entenderam minha ausência, sem deixar de se fazerem presentes com palavras amigas, mensagens de renovação e apoio nas horas de dificuldades, a verdadeira essência da vida;

Meus agradecimentos especiais ao Ministério da Saúde e à Escola Técnica do SUS do Pará por esta oportunidade. À minha querida orientadora, prof^a Yolanda Flores e Silva, a toda equipe de professores e funcionários da UNIVALI, à Defensoria Pública do Pará e a toda equipe do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente, especialmente às técnicas e à coordenação do NAECA, por tornarem esta caminhada mais leve e agradável;

E, finalmente, a todos aqueles, que, eternamente, farão parte e confundir-se-ão com minha vida, expresso minha gratidão e meu reconhecimento.

RESUMO

TAVARES, Edivana Ribeiro. **Crianças e Adolescentes em Situação de Risco Pessoal e Social: uma proposta de intervenção com o uso da Sociopoética**. Itajaí, Dissertação, 113f. (Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2009.

Orientadora: SILVA, Yolanda Flores e

O presente texto traz os resultados de uma pesquisa voltada para a temática violência, com especificidade na atenção às crianças e adolescentes em situação de risco atendidas pela Defensoria Pública do Estado do Pará. A Defensoria Pública orienta juridicamente e defende em qualquer instância todo cidadão que não tenha recursos para pagar advogados e despesas judiciais. Além das áreas cível, criminal, direitos do consumidor e causas coletivas, oferece ainda atendimento às crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, familiar, bem como aos adolescentes em conflito com a Lei. O atendimento é realizado por meio de uma equipe interdisciplinar formada por defensores públicos e técnicos da área social (assistente social, psicólogo, pedagogo e sociólogo). A pesquisa realizada teve como **objetivo** criar, através dos recursos da Sociopoética, uma proposta de atendimento junto às famílias de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Os **procedimentos metodológicos** utilizados foram de natureza qualitativa, com exploração documental, bibliográfica e de campo (pesquisa 'in loco') com o uso dos instrumentos de coleta de dados etnográficos (observação, visitas, entrevistas) e ações de socialização com o uso de algumas ferramentas da Sociopoética (oficinas, dinâmicas focais em grupo, reflexões temáticas, etc.). Originalmente faríamos o trabalho com algumas mães e profissionais da Defensoria Pública. Contudo, refizemos nossa proposta e fizemos oficinas com alguns adolescentes em conflito com a lei e colegas profissionais, após solicitação da própria instituição. Como **resultados** deste processo, ao final conseguimos mapear na capital as famílias que vivem com crianças e adolescentes em situação de risco e ao mesmo tempo iniciamos um trabalho pró-ativo com os adolescentes atendidos, num processo de intervenção que no futuro poderá servir de modelo e base de atendimento a todas as crianças e adolescentes atendidos pela Defensoria. Também foi possível com esse trabalho refletir junto com os profissionais da Defensoria sobre a importância de nosso trabalho junto às famílias, os conflitos e violências construídos, as dificuldades e as facilidades do cotidiano, assim como o papel da criança e do adolescente nesse ciclo de violências.

Palavras – chave: Famílias; Violências Intrafamiliares; Riscos; Belém – PA.

ABSTRACT

Children and Adolescents at Personal and Social Risk: a proposed intervention with the use of Socio-poetic

Abstract: This paper presents the results of a survey focused on the violence theme, with special attention on children and adolescents at risk served by the Public Defender of the State of Pará. The Public Defender guides and supports in any legal proceedings every citizen in any instance that does not have resources to pay lawyers and court costs. Apart from the civil, criminal, consumer rights and collective causes, also offers care to children and adolescents who are in vulnerable social, family and adolescents in conflict with the law. The service is performed by an interdisciplinary team consisting of technical and public defenders of the social area (social worker, psychologist, educator and sociologist). The research aimed to create, through the resources of Sociopoetic a proposal for assistance to the families of children and adolescents at personal and social risk. Methodologies used were qualitative in nature, exploiting documentary, bibliographic and field (search 'in situ') with the use of instruments to collect ethnographic data (observations, visits, interviews) and activities to socialize with the use of some Sociopoetic tools (workshops, focus group dynamics, thematic reflections, etc.). Originally we would work with some mothers and professionals in the Public Defender. However, redesigning our proposal and we did some workshops with teenagers in trouble with the law and professional colleagues, following a request from the institution. As a result of this process, in the end we were able to map in the capital for families living with children and adolescents at risk and simultaneously initiated a pro-active work with adolescents in an intervention process that the future will be a model and basic care to all children and adolescents by the Ombudsman. It was also possible to reflect that work together with professionals in the Ombudsman about the importance of our work with families, conflict and violence built, the facilities and the difficulties of everyday life, as well as the role of children and adolescents in this cycle of violence.

Key - words: Families, Family Violence, Risk, Belém - PA.

Lista de Figuras

Figura 01	Localização regional do Pará	46
Figura 02	Localização regional de Belém	47
Figura 03	Vista de Belém pela baía do Guajará	48
Figura 04	Vista das Mangueiras em Belém	49
Figura 05	Vista externa do Teatro da Paz	50
Figura 06	Vista interna do Teatro da Paz	50
Figura 07	Vista interna da Basílica de Nazaré	51
Figura 08	Grupo folclórico de Carimbó: dança típica de Belém	51
Figura 09	Mercado do Vêr-o-Peso	52
Figura 10	Venda de artesanatos no Mercado do Vêr-o-Peso	53
Figura 11	Venda de ervas no Mercado do Vêr-o-Peso	53
Figura 12	Venda de comidas típicas no Mercado do Vêr-o-Peso	54
Figura 13	Mapa do bairro de Jurunas: Família 01	63
Figura 14	Mapa do bairro de Benguí: Família 02	64
Figura 15	Mapa do bairro de Guamá: Família 03	65
Figura 16	Mapa do bairro de Marambaia: Família 04	66
Figura 17	Mapa do bairro de Condor: Família 05	67
Figura 18	Genograma: Família 01	73
Figura 19	Genograma: Família 02	75
Figura 20	Genograma: Família 03	77
Figura 21	Genograma: Família 04	80
Figura 22	Genograma: Família 05	83
Figura 23	Sala de espera	98
Figura 24	Sala atendimento psico-socio-pedagógico	98
Figura 25	Brinquedoteca	99
Figura 26	Sala de acolhimento	99
Figura 27	Sala Multifuncional	100

Lista de Tabelas

Tabela 01	Agressores por Sexo em Belém	58
Tabela 02	Agressores por Estado Civil em Belém	58
Tabela 03	Agressores por Faixa Etária em Belém	59
Tabela 04	Agressores por Ocupação em Belém	59

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Considerações sobre o Tema	10
1.2	Objetivos.....	16
1.3	Procedimentos metodológicos.....	17
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	Erro! Indicador não definido.
2.1.	Violências e famílias	24
2.2.	Tipos de violências	31
2.3.	O adolescente em conflito com a lei	35
2.4.	Anomia.....	41
3	SOBRE BELÉM: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL	46
3.1	Fundação.....	46
3.2	Localização	46
3.3	Demografia.....	48
3.4	Aspectos Históricos	48
3.5	Crescimento demográfico e desigualdade social	54
4	RESULTADOS DA PESQUISA.....	64
4.1	As famílias: genograma e ecomapa	64
4.2	Algumas considerações teóricas acerca das situações encontradas	79
4.3	O programa sócio-educativo com os adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa na Defensoria Pública do Pará	82
4.4	Atendimento Institucional.....	87
4.5	O fluxo de atendimento no NAECA hoje	88
4.6	Dificuldades detectadas no fluxo de atendimento durante a pesquisa	89
4.7	Uma Nova Proposta: idealização de um novo atendimento	92
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
6	REFERÊNCIAS.....	106

APÊNDICES

1 INTRODUÇÃO¹

1.1 Considerações sobre o tema

Para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), existe um ciclo, entendido como Ciclo da Vida, que se estrutura para o contexto programático em três momentos, a saber, (SILVA, 2005, p. 45):

- Desenvolvimento Infantil – que compreende as crianças na faixa de 0 a 06 anos de idade. Nesse período, o ambiente privilegiado é o ambiente familiar;
- Pré-Adolescência – que compreende dos 07 aos 14 anos. Nesta fase, além da família, o outro ambiente para intervenção é o ambiente escolar, tendo em vista a importância do processo de socialização efetivado por essa instituição;
- Adolescência – compreendida entre as idades de 12 a 18 anos. Neste período de vida o ambiente familiar em destaque é a comunidade – integrada pelos ambientes de entorno da família, da escola, associação, etc. São espaços de convivência coletiva, de pertencimento, afirmação e de iniciação ao trabalho.

Para o UNICEF um ser humano se apresenta subjetivamente marcado por três dimensões do viver humano: a dimensão singular, a dimensão particular e a dimensão humano-genética. Três instâncias de um mesmo ser, marcadas por sua subjetividade, por sua inserção em diferentes redes sociais, da qual incorpora um conjunto de valores e práticas que o diferencia de outros seres vivos (SILVA, 2005).

Nesse universo, as violências podem se apresentar e interferir nas dimensões apresentadas. Essa interferência pode produzir seqüelas insuperáveis se não forem corrigidas ainda na infância. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), embora seja importante desenvolver esforços para tratar as conseqüências da violência e prover suporte às vítimas, bem como a punição dos agressores

¹ As informações nesse tópico sobre a Defensoria Pública do Pará foram retiradas de documentos públicos de caráter histórico informativo que se encontram nos arquivos da referida instituição. Esses documentos não possuem formato acadêmico que permita referenciar da mesma forma como referenciamos textos científicos no formato livro, manual ou artigo científico, considerando-se as normas da ABNT. Em função da peculiaridade desses documentos, sempre que apresentarmos dados sobre a Defensoria estaremos nos reportando a seguinte referência: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. **Histórico e contextualização**. Belém: Defensoria Pública, 1983.

quando for o caso, todas estas ações devem ser acompanhadas por maiores investimentos na prevenção primária.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) representa um avanço para a sociedade em relação à legislação anterior (Doutrina da Situação Irregular), uma vez que o mesmo tem como fundamento a Doutrina da 'Proteção Integral'. De acordo com essa doutrina, a criança e o adolescente passam a ser considerados "sujeitos de direitos", uma vez que a ação do Estado deve abranger o caráter preventivo e protetor para toda e qualquer criança e adolescente, não podendo ser tratados como seres passivos, subalternos, objetos de obediência e/ou com responsabilidades além de suas capacidades e jamais como adultos em miniaturas. Entretanto, sinto falta de políticas públicas para contemplar a prevenção da violência entre as crianças e adolescentes, uma vez que quando os recebemos na Defensoria Pública os mesmo já estão em risco, possibilitando-nos de atuar apenas na proteção.

Entendemos que a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento, caracteriza-se por processos biológicos, psicoafetivos, cognitivos e sociais que fazem exigir uma estrutura necessária a esse desenvolvimento, seja material e/ou humano, comunitário, familiar, que não condiz com estruturas de violação e omissão dos seus direitos e necessidades. Logo, uma resposta abrangente à violência é aquela que não somente protege e apóia as vítimas, mas também promove a não violência, reduz a sua perpetuação e muda as circunstâncias e condições que dão origem a tal fenômeno.

Nessa perspectiva é que realizamos o estudo aqui apresentado, com o propósito final de chegarmos a uma Proposta de Atendimento, usando instrumentos metodológicos socializadores em um ambiente de reflexão, discussão e busca de soluções com as famílias tanto das crianças que ainda não chegaram ao estágio da infração, quanto das famílias de adolescentes que já cometeram ato infracional e que estão sendo assistidas pela Defensoria Pública do Pará.

Contudo, quando iniciamos este trabalho, enquanto projeto, nossa primeira proposta tinha um desenrolar diferente. Pretendíamos escolher cinco famílias como retrato da população atendida pela Defensoria Pública e realizar oficinas mensais

com as mães e/ou responsáveis das crianças vítimas de violência intrafamiliar como parte de uma nova proposta de atendimento, que é claro, seria muito mais abrangente do que apenas os encontros com os responsáveis.

Essas oficinas aconteceriam baseadas na abordagem sociopoética, considerando que as ferramentas socializadoras seriam de muita relevância para as famílias vitimizadas. Entretanto, as dificuldades foram muitas. O contato com as famílias, a disponibilidade dos responsáveis, a dificuldade em aceitar e falar da violência que havia em suas casas. No acesso às residências, por ocasião das visitas domiciliares, já pudemos perceber a dificuldade que seria conseguir reunir o grupo. Em alguns momentos fomos monitorados por pessoas da área, em outros momentos fomos convidados a nos retirar, enfim, vários foram os fatores que contribuíram para a não realização das oficinas com as famílias pesquisadas. Contudo, pudemos sim mapear as famílias mostrando com esta amostragem o perfil da população atendida no Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (NAECA).

Em meio a esse contexto, em maio de 2009, fomos informados que a Defensoria Pública estaria recebendo 25 (vinte e cinco) adolescentes em conflito com a lei para cumprimento de medida sócio-educativa nos diversos setores daquela instituição, e que os mesmos ficariam sob a coordenação pedagógica da equipe técnica do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (NAECA), da qual faço parte. Assim, sem perder o foco educativo, a equipe se reuniu e construiu uma proposta com atividades sócio-pedagógicas para desenvolver com os adolescentes durante o cumprimento da medida. Como o trabalho com os adolescentes requer contato com suas famílias, foi possível também estar reunindo com os pais dos adolescentes, resgatando assim, a nossa primeira idéia, agora, com uma nova roupagem, e o melhor, com a possibilidade de aos poucos introduzirmos no material elaborado pelos profissionais do NAECA algumas das técnicas de trabalho da Sociopoética numa relação educativa e lúdica ao mesmo tempo.

Os adolescentes designados para fazer parte do grupo não puderam optar se queriam ou não participar das oficinas por estarem sob medida cautelar em função de seus conflitos com a lei. Contudo, cada participante foi informado que após a conclusão da última oficina, os mesmos seriam liberados para o retorno a família, a fim de garantir a convivência familiar e comunitária. Essa convivência é parte das resoluções da doutrina de proteção integral à criança e ao adolescente, prevista na lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Apesar de liberados para o retorno a família, os adolescentes continuam em cumprimento da medida sócio-educativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). A PSC é uma medida sócio-educativa prevista pelo art.117 do ECA e é melhor detalhada no item 2.3 desta dissertação. Importante ressaltar que a avaliação de como todo esse processo ocorre e os resultados do mesmo a curto, médio e longo prazo, é uma das funções da Defensoria Pública.

- **Defensoria pública no Brasil: contextualização histórica da sua criação**

A criação de instituições como a Defensoria Pública em vários estados do Brasil, foi oficializada pela Constituição Federal (CF) em cinco (05) de outubro de 1988 (art.134), que a define como “uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, como expressão e instrumento do regime democrático, a quem incumbe fundamentalmente à orientação e defesa jurídica e à defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do art. 5º, LXXIV”. Entretanto, os serviços de defesa aos necessitados já existiam desde 11 de maio de 1983, com a Emenda Constitucional nº 18, quando a Defensoria Pública surgiu atrelada à Procuradoria Geral do Estado. Posteriormente, em 27 de junho de 1988, o Decreto nº 5.494 desvincula a Defensoria Pública da Procuradoria Geral do Estado, subordinando-a ao Chefe do Poder Executivo.

No Pará, a Defensoria Pública foi criada pela Lei Constitucional nº13 de dezoito (18) de junho de 1993, vinculada ao Poder Executivo do Estado, para promover o serviço de assistência jurídica, antes realizada pelo Ministério Público do Estado do Pará. A missão da defensoria de um estado é essencialmente a defesa

da população carente, com o objetivo de atender, gratuitamente, o cidadão carente que não pode pagar advogado e custas processuais, fornecendo a esse cidadão assistência judiciária em qualquer juízo ou instância, ou qualquer orientação sobre seus direitos.

Mas foi em doze (12) de janeiro de 1994, com o advento da Lei Complementar Federal nº80, que as Defensorias Públicas da União, do Distrito Federal e dos Territórios ganharam normas gerais para a organização em seus Estados. Assim, em 7 de fevereiro de 2006, a Defensoria Pública do Estado do Pará ganhou nova estrutura com a Lei Complementar nº054, que a reorganiza e dá carreira aos seus membros, bem como outras providências.

Com a nova estrutura, a Defensoria Pública do Pará atua por meio de Defensores Públicos² auxiliados por profissionais de diversas áreas³, garantindo a seus assistidos a ampla defesa de seus interesses e compreende a seguinte estrutura organizacional:

Dos Órgãos:

- I. Órgão de Administração Superior;
- II. Órgãos de Atuação;
- III. Órgãos de Execução;

Dos Níveis:

- I. Nível de Assessoramento;
- II. Nível de Gerência Superior;
- III. Nível Operacional;

Quanto à atuação, a Defensoria Pública do Pará atua em causas individuais e coletivas, nas seguintes áreas:

² Agente público com formação jurídica, aprovado em concurso de provas e títulos e investido em prerrogativas que permitem o exercício de suas atribuições com independência, em defesa dos legalmente necessitados, garantindo-lhes o acesso à justiça.

³ Administradores, Arquitetos, Assistentes Sociais, Bibliotecários, Contadores, Engenheiros, Estatísticos, Pedagogos, Psicólogos, Sociólogos e estagiários destas e de outras áreas do conhecimento.

- I. Área Cível;
- II. Área Criminal;
- III. Infância e Juventude;

Direitos da Criança e do Adolescente: para garantir os Direitos da Criança e do Adolescente, a Defensoria Pública através, do Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (NAECA), oferece atendimento às crianças e adolescentes em duas situações: de Vulnerabilidade Social e/ou Pessoal e; do Ato Infracional.

Com relação aos casos de Vulnerabilidade Social e/ou Pessoal, ou seja, abandono e maus tratos, a atuação da mesma ocorre por meio de ações de suspensão, destituição do poder familiar ou colocação em família substituta e são tratados na 1ª Vara da Infância e Juventude (de Proteção), caso haja violação dos seguintes artigos do ECA:

art. 5º : Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

art. 22º : aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Já os casos de Atos Infracionais⁴ são tratados na 2ª Vara da Infância e Juventude (de Infração) e prevêem as seguintes medidas:

- 1) Advertência;
- 2) Obrigação de Reparo e Dano;
- 3) Prestação de Serviços à Comunidade;
- 4) Liberdade Assistida;
- 5) Semi-Liberdade;

⁴ “Considera-se Ato Infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (Art.103º, ECA).

6) Internação em estabelecimento educacional ou ainda qualquer uma das previstas no Art.101.

Em todas as duas situações o atendimento é feito por Defensores Públicos e técnicos da área psicossocial, que utilizam como referência para atuação a Lei nº8069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo possível constatar as violências e conflitos de caráter doméstico e intrafamiliar que cercam as crianças e adolescentes assistidas pela Defensoria Pública.

1.2 Objetivos

O histórico e contexto que apresentamos em nossa introdução foi parte de nosso estudo que em sua primeira etapa tinha como objetivo principal elaborar uma proposta de acompanhamento às famílias de crianças e adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal, com a organização de uma Proposta de Atendimento ao Núcleo Especializado da Criança e do Adolescente (NAECA) da Defensoria Pública do Pará. Posteriormente, com a mudança solicitada pela instituição, passamos a ter dois objetivos de natureza geral:

- **OG1:** Realizar mapeamento de algumas famílias atendidas pela Defensoria Pública do Pará com intuito de apresentar um perfil sociocultural e econômico das mesmas;

- **OG2:** Elaborar e iniciar uma proposta sócio-pedagógica com adolescentes em medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade na Defensoria Pública do Pará;

Considerando os dois objetivos expressos no tópico anterior e as mudanças ocorridas após nossa qualificação, os objetivos específicos de nosso estudo foram modificados e ocorreram em dois momentos separadamente, o primeiro relacionado ao mapeamento e o segundo já na realização das oficinas com os adolescentes.

Momento 01:

- Selecionar famílias com registro de atendimento na Defensoria Pública em função de terem crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social;
- Realizar visitas de reconhecimento sócio-espacial nos domicílios das famílias selecionadas;
- Caracterizar as famílias selecionadas, considerando: perfil, genograma (tipo de família) e o ecomapa (redes e laços sociais);

Momento 02:

- Criar, em conjunto com os profissionais da Defensoria Pública, uma proposta sócio-pedagógica de atendimento e acompanhamento às crianças, adolescentes e suas famílias;
- Descrever a proposta das oficinas realizadas, ajustes e adequações realizadas segundo o referencial dos profissionais da Defensoria Pública e da Sociopoética.

1.3 Procedimentos metodológicos

Os caminhos metodológicos que possibilitaram esse percurso se caracterizaram pela realização de um estudo com abordagem qualitativa, com ações exploratórias de natureza etnográfica com coleta documental, bibliográfica e de campo (pesquisa 'in loco') e o uso de instrumentos que permitiram a realização de entrevistas, observação direta, leituras e análise documental e a elaboração de uma proposta de atendimento e acompanhamento de crianças, adolescentes e familiares através de algumas técnicas socializadoras da Sociopoética.

Este referencial denominado de Sociopoética, mais utilizado no último momento as pesquisa, foi idealizada pelo filósofo e pedagogo francês Jacques Gauthier⁵. A metodologia objetiva, sobretudo, a produção de conceitos por meio da

⁵ A Filosofia de pensamento da Sociopoética surgiu nas pesquisas de Gauthier na Nova Caledônia / Kanaky e seguiu seu percurso no Brasil, onde enfrentou a angústia e a preocupação de sua orientanda Iraci dos Santos, que expôs seu desejo do não sofrimento durante o processo da pesquisa. A partir daí, ele pensou em um método que convocasse à criatividade, a sensualidade, a memória, a imaginação, enfim, tudo o que se chama 'poiética', termo oriundo do grego "poiein", que significa criar (GAUTHIER et al, 1998).

participação de todos os sujeitos (pesquisa – ação) envolvidos no processo investigativo. Visa o prazer no ato de investigar, ou seja, uma produção acadêmica que se fundamente em ampla visão da realidade humana, valorizando os seguintes aspectos:

- A importância do corpo como fonte do conhecimento;
- A importância das culturas dominadas e de resistência, das categorias e dos conceitos que elas produzem;
- O papel dos sujeitos, pesquisadores como co-responsáveis pelos conhecimentos produzidos, “co-pesquisadores”;
- O papel da criatividade de tipo artístico no aprender, no conhecer e no pesquisar;
- A importância do sentido espiritual, humano, das formas e dos conteúdos da construção do saber (GAUTHIER, 1998, p. 11).

Na perspectiva de Barbier (2002), um estudo com esse formato ao ser concebido pelo pesquisador, tem o propósito da intervenção para mudanças visadas, porém não impostas pelo mesmo. É um tipo de pesquisa – ação, em que a ação resulta de uma ou mais atividades realizadas com sujeitos ou atores sociais que discutem e refletem sobre problemas culturais e sociais (seus ou de outras pessoas com quem tenha de atuar diretamente) influenciadores da situação a ser transformada. Para que as transformações ocorram, é importante, segundo Lapassade (1989)⁶ que se identifique os seguintes aspectos:

- a. Que o problema nasce na comunidade e que a sua análise e resolução dependem da compreensão desta comunidade sobre o mesmo;
- b. A meta de uma pesquisa desta natureza é a transformação da realidade social e a melhoria da vida das pessoas envolvidas;
- c. O estudo somente consegue ser realizado com a participação ativa das pessoas de uma dada comunidade (grupos, famílias, movimentos sociais, organizações governamentais e não governamentais que atuam com ações comunitárias e inclusivas, entre outras) que estão inseridas em um contexto de exclusão social;

⁶ Lapassade é um sociólogo francês que tem algumas obras clássicas sobre este tipo de estudo realizado na França. A obra citada é considerada importante e muito pouco se acrescentou nos dias atuais aos aspectos que o autor afirma serem característicos e fundamentais para a realização de uma pesquisa ação com instrumentos socializadores.

- d. Os resultados são positivos (ou confirmam a possibilidade de transformação) quando as pessoas envolvidas compreendem e discutem como utilizar recursos e se mobiliza para iniciar o processo de transformação;
- e. O pesquisador deve ser um participante engajado que aprende e milita ao mesmo tempo (não se admite neste tipo de estudo a indiferença e a despreocupação com o tema, as pessoas e suas repercussões).

Em termos teórico-metodológicos, a Sociopoética possui raízes em sua fundamentação de algumas correntes de pensamento, como: a Análise Institucional, a Esquizo-Análise, a Escuta Mitopoética, de René Barbier, o Teatro do Oprimido, de Augusto Boal, e ainda, na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire. De cada uma dessas teorias, a Sociopoética se utiliza de elementos para compreender a elaboração coletiva do conhecimento.

Nesta modalidade de pesquisa, busca-se que o grupo, todos e cada um dos participantes no processo educativo, gerem suas análises, produza seus conhecimentos, questione suas próprias convicções e práticas, teorize sobre elas (HURTADO, 1992, p. 58 apud LUTZ, 1996). A aplicação dessas fundamentações teóricas ocorre por meio de oficinas. Para a Sociopoética, pesquisar com o corpo todo significa ainda desencadear as potências criadoras do imaginário (CASTORIADIS, 1982), muitas vezes esterilizados pela mortífera rotina do cotidiano. A liberação das capacidades artísticas adormecidas é geralmente vivida pelo grupo-pesquisador como um fluxo de autolibertação muito importante, ao descobrir ou reativar suas potencialidades abafadas no dia a dia. Assim, a Sociopoética contribui para a transformação poética das pessoas, gerando um conceito de cientificidade humana.

O método Socipoético resulta do desejo de produção filosófica com o grupo pesquisador, em razão do envolvimento de todos com os temas explorados. Em linhas gerais, a pesquisa com referencial Sociopoética pressupõe a articulação autogestionária do grupo (GAUTHIER, 2001, p. 32).

Para fazer parte desse universo de estudo convidamos alguns atores sociais para junto conosco trilhar essa caminhada como auxiliares nas etapas das ações de reflexão e construção de um Protocolo de Atendimento. Não temos a ilusão de haveremos trilhado todas as etapas de uma pesquisa Sociopoética. Na essência, seja com as famílias, seja com os profissionais da Defensoria, ainda estamos na etapa de aprender o método, de sentir como nossas ações, palavras e condutas precisarão de muitos meses e até anos, para chegarem ao paradigma de envolvimento pessoal e profissional, como preconiza a Sociopoética.

Nesse sentido, os 'escorregões' durante a coleta de informações e a análise realizada demonstram que queremos o novo, mais ainda trabalhamos com as condutas e a linguagem dos métodos tradicionais de atuação. Sobre nossos informantes, estes são as famílias selecionadas pela mestranda e os profissionais que atuam com a mesma na Defensoria Pública. Essas famílias foram selecionadas a partir da constatação de que as mesmas estão em situação de risco social e pessoal, têm crianças e adolescentes sob a sua guarda e aceitaram trabalhar conosco em ações de socialização.

Considerando que quase sempre as mulheres (mães e avós principalmente) é que vão à Defensoria através de encaminhamentos ou buscas espontâneas, foi com elas que realizamos as seguintes ações:

- a. Apresentação da proposta e agendamento de encontros;
- b. Visita domiciliar para reconhecimento sócio-espacial do local de moradia;
- c. Organização das atividades socializadoras [definidas em uma proposta elaborada pelo grupo profissional da Defensoria Pública e a mestranda] para a coleta das informações abaixo:
 - Construção da linha da vida familiar (genograma);
 - Construção das redes e laços de apoio e suporte (ecomapa);
 - Identificação e discussão sobre o conceito e tipos de violências;
 - Elaboração de um quadro de recursos apontados pelos atores sociais para resolução dos problemas da árvore.

Este modelo de ação que propomos, é uma adaptação da proposta de reflexão – ação de Gauthier (GAUTHIER, CABRAL, SANTOS e TAVARES, 1998), que tem por objetivo a reflexão de forma sensitiva, afetiva intuitiva e poética para a construção de resoluções criativas a problemas de difícil solução.

A pesquisa nessa perspectiva para atender aos objetivos propostos seguimos os seguintes passos metodológicos :

1) Escolha das cinco famílias para estudo, como forma de fazer um retrato das famílias atendidas na Defensoria Pública;

2) Realização das visitas domiciliares;

3) Encontros semanais da equipe interdisciplinar do NAECA para elaboração das oficinas e demais etapas da pesquisa;

4) Elaboração da Proposta Sócio-pedagógica para sua realização com os adolescentes sob medida cautelar;

5) Apresentação da Proposta sócio-pedagógica à comunidade da Defensoria Pública e sensibilização da mesma para o acolhimento dos adolescentes;

6) Acolhimento dos adolescentes e seus responsáveis;

7) Realização das oficinas com os adolescentes;

8) Realização dos encontros com os responsáveis dos adolescentes;

9) Reuniões de avaliação com os setores da DP envolvidos com a proposta;

Todas as atividades aconteceram no período de julho/2009 a dezembro/2009, conforme cronograma abaixo:

Atividades	Período	2009					
		Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Apresentação do Projeto e Sensibilização dos profissionais da Defensoria Pública	27						
Acolhimento dos adolescentes e familiares		10					
Atividade sócio-pedagógica com sócio-educandos		28					
Atividade sócio-pedagógica com sócio-educandos			11				
Atividade sócio-pedagógica com sócio-educandos e familiares			25				
Reunião de avaliação com os setores				08			
Reunião de avaliação da coord. pedagógica				08			
Atividade sócio-pedagógica com sócio-educandos				09			
Atividade sócio-pedagógica com sócio-educandos e familiares					06		
Atividade sócio-pedagógica com sócio-educandos					13		
Atividade sócio-pedagógica com sócio-educandos e familiares					27		
Reunião de avaliação com os setores							11
Reunião de avaliação com a coord. pedagógica							16
Reunião de Avaliação com sócio-educandos e familiares seguida da confraternização de natal							17

Quadro 01 – Cronograma de trabalho na defensoria pública

Fonte: autora (2009)

Assim, na tentativa de garantir a convivência familiar e comunitária sem perder o caráter educativo, deu-se início à proposta sócio-pedagógica com vinte e cinco adolescentes em cumprimento da Medida Educativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). O ciclo de oficinas e palestras ocorreu quinzenalmente e estaremos falando mais sobre o trabalho desenvolvido no item 4.3 desta produção.

Ao final da pesquisa conseguimos: Acompanhar as cinco famílias pesquisadas, com produção de genograma e ecomapa, apresentando essas famílias como uma amostra da população atendida no NAECA; realizar seis oficinas sócio-pedagógicas com os adolescentes em conflito com a lei; realizar três encontros com os responsáveis dos adolescentes acima citados e; gerar uma Proposta com um Novo Fluxo de Atendimento para o NAECA.

Não posso deixar de ressaltar que esse resultado foi fruto de um trabalho interdisciplinar entre a Coordenação, as Defensoras, a Assistente Social, a Pedagoga, a Psicóloga, a Socióloga e a equipe de apoio do NAECA, mostrando na

prática uma possibilidade bastante real de realização de um trabalho interdisciplinar. Sobre a interdisciplinaridade, Saupe e colaboradores (2007, p.20) comentam que “a interdisciplinaridade é a possibilidade do trabalho conjunto na busca de solução, respeitando as bases disciplinares específicas”. A interdisciplinaridade proporciona enriquecimento e aprendizagem entre os campos, que não se efetua por simples adição ou mistura, mas por uma recombinação dos elementos internos. Dessa forma, as práticas interdisciplinares autênticas tendem para a criação de campos de saber, teóricos ou aplicados e até mesmo disciplinares (VASCONCELOS, 2002, p.47).

Ao final dos seis meses, acreditamos que conseguimos atender a todos os objetivos de nossa proposta de dissertação e ao mesmo tempo oportunizar a efetivação da medida sócio-educativa de Prestação de Serviços à Comunidade, de maneira eficaz, atendendo os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que visa contribuir na reintegração dos adolescentes como agentes sociais participativos.

Importante ressaltar que nossa proposta foi registrada no SISNEP e enviada ao Comitê de Ética da UNIVALI para apreciação de todos os preceitos e normas de defesa dos informantes, garantindo aos mesmos privacidade, não identificação de seus nomes e respeito aos seus direitos em todas as etapas do processo de coleta e análise dos dados. A estas pessoas nossa gratidão e a certeza de que a participação das mesmas foi imprescindível para o fechamento de nosso trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Violências e famílias

As violências para Boff (2000) têm uma forte conexão com a degradação das relações humanas, do modelo predatório de capitalismo e de um número cada vez maior de excluídos. Para ele, o Brasil tem historicamente, como a maioria das nações, toda uma construção de nossas sociedades, baseada na violência organizada, sistemática e contínua.

Almeida (2006, p.10) e demais organizadoras chamam atenção para a “violência difusa” e definem “trata-se de uma violência que permeia todo o tecido social, levando todos a se sentirem ameaçados, dado o caráter imprevisível quanto a forma que ela possa assumir, manifestar, o lugar onde possa ocorrer, a quem possa se dirigir ou a quem possa praticá-la. Acreditamos estar diante de uma violência que se impõe como um ingrediente que orienta as práticas sociais do cotidiano, estas últimas orquestradas pela perplexidade e afinadas pelo medo e pela insegurança”.

Estudos indicam que as violências cometidas contra crianças e adolescentes estão presentes em qualquer categoria econômica, independente de raça, cor, credo ou cultura. As formas diferenciadas de percepção da abrangência da violência se manifestam nos conceitos que buscam definir esse triste fenômeno.

Para a Organização Mundial de Saúde, “a violência é o uso intencional de força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002, p.5). O que nos leva a observar que o sentido do termo é amplo, indo muito além do que a mera violação do corpo. Em todo caso, a violência necessita ser contextualizada, ou seja, compreendida no contexto maior da sociedade, levando-se em consideração suas características mais amplas.

Michaud (2001), por sua vez, propõe uma definição que visa apreender tanto os atos quanto os estados de violência, quando afirma que a violência é fruto de uma situação de interação, entre um ou vários atores que agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsamente, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, a integridade física, moral, em suas posses, tendo natureza simbólica e / ou cultural de acordo com a cultura e a aceitação destas violências.

Estudos de Magalhães (2004) chamam a atenção para o fato de que a violência contra a criança é manifestada por diferentes formas, como maus-tratos físicos – traduzidos muitas vezes pelo infanticídio ou homicídio – abuso psicológico, abuso sexual, negligência, abandono ou exploração do trabalho.

No entendimento de diversos autores, como Azevedo (1998) e Caminha (1999), a violência intrafamiliar constitui-se em um alarmante problema de saúde pública. Minayo (1997, p. 102) destaca que “o grande desafio da Saúde Coletiva é essa concepção mais abrangente que integra as políticas sociais, as condições de vida e também a sensibilidade para a riqueza e a diversidade cultural”.

Girard (1990) chama atenção ainda para o que chama de Arqueologia da Violência Social, onde a agressividade humana é apontada como resultante do desejo de obter pessoas, objetos materiais e imateriais de um “rival”. Ou seja, desejar o que é do próximo.

Percebe-se que este grave problema, muitas vezes, não é avaliado em toda sua dimensão. Por exemplo, no âmbito mundial, poucas agressões contra crianças são denunciadas – tanto pelos pais quanto pelos profissionais –, contrastando com o elevado número de casos não notificados, segundo estudos de Moura (2005). Além disto, constata-se que, muitas vezes, o agressor recria, com seus filhos, o estilo educacional adotado com ele próprio em sua infância.

As crianças vítimas de violência física, psicológica, negligência ou violência sexual apresentam baixo limiar às frustrações e são dependentes economicamente e emocionalmente dos adultos que as circundam. Apresentam-se tristes, isoladas,

retraídas e com baixa auto-estima. Geralmente, são hiperativas e têm comportamento agressivo e rebelde. Demonstram na escola problemas de aprendizado e permanente estado de alerta; estão sempre na defensiva; têm vergonha excessiva; fogem de contatos físicos e tendem a apresentar idéias e/ou tentativas de suicídio. Pode-se observar, também, fadiga constante, perda ou excesso de apetite, enurese e/ou encoprese, desnutrição, lesões físicas observáveis, infecções urinárias, dor ou inchaço na área genital ou anal, doenças sexualmente transmissíveis e comportamento inadequado para a idade (sedutor ou sexualizado). Podem apresentar, ainda, história de fugas ou relutância em voltar para casa.

Sobre o exercício da violência, Santos (2002, p.42) relata o sentimento da criança violentada:

“a experiência mostra que é bastante comum a criança ou o adolescente que sofre a violência, acreditar ser a responsável, a causadora de seu próprio sofrimento por ter sido desobediente, má ou sedutora. Representa-se como um ser que não possui nada de bom dentro de si, nada para dar, e por isso é maltratada ou negligenciada. Essa crença da criança costuma ser reforçada pelo próprio agressor, que justifica sua violência através da culpabilização da vítima”.

Do mesmo modo como são múltiplos os sintomas e os indícios que evidenciam as situações de maus tratos, também são variantes as situações e o modo como estas se apresentam. Seja sob as formas de negligência, violência física ou sexual, seja manifestada em classes mais ou menos privilegiadas, a violência tem sido apontada como uma realidade de nosso tempo. As estimativas dessa realidade apresentam-se assustadoras, inclusive pela proporção alarmante em que vem crescendo. Assim, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) ao observar um aumento na morbimortalidade por causas externas, nas regiões latino-americanas, passou a recomendar aos países membros, a partir de 1993, que incluíssem o tema como objeto de suas intervenções (MINAYO, 2004). Nessa mesma época, o Brasil, através do Ministério da Saúde (MS), se propôs a discutir uma proposta preliminar de prevenção e assistência à violência doméstica contra crianças e adolescentes (MINAYO; ASSIS, 1994; TAVARES, 2004).

Em 1997 a Organização Mundial de Saúde (OMS), já percebendo a gravidade do problema em nível mundial, deu prioridade ao tema na Assembléia Mundial de Saúde (MINAYO, 2004). Contudo, a violência não é objeto próprio do setor saúde, mas torna-se:

a) pelo impacto que provoca na qualidade de vida; pelas lesões físicas, psíquicas e morais que acarreta e pelas exigências de atenção e cuidados dos serviços médicos-hospitalares;

b) pela concepção ampliada de saúde, a violência é objeto da intersectorialidade, no qual o campo médico-social se integra (MINAYO, 2004, p. 646).

A família está presente em todas as sociedades, embora com diferentes estruturas e modelos, de acordo com suas formas históricas (ALBERTI; MÉNDEZ, 1993). Entretanto, ela vem sofrendo profundas alterações, especialmente nos últimos cinquenta anos. Abaixo como se construíram nos últimos anos algumas definições de família considerando-se a abordagem de Petzold (1996, p. 43):

- As definições de famílias tradicionais, baseadas na perspectiva biológica de ligações consangüíneas;
- As definições de famílias segundo a abordagem sociológica moderna, que a colocam em termos de suas diferentes formas, percebidas com base nos sentimentos pessoais dos sujeitos;
- As definições de famílias segundo a ecopsicologia proposta por Petzold que “leva em consideração uma diversidade de variáveis que, de uma maneira ou outra, contribuem para formas concretas de uma família especial”.

De acordo com Biasoli-Alves & Fischmann (2001, p. 185):

“é possível pensar a existência de uma grande variedade de tipos de famílias dentro de uma mesma cultura. Mas, independente dessa variedade, a sua função socializadora continua, sem dúvida, inquestionável: é nela que a maior parte das crianças vive a situação inicial de aprendizagem e introjeção de padrões e valores, sendo

introduzida inicialmente na vida em grupo” (BIASOLI-ALVES & FISCHMANN, 2001, p.185).

Considerando esse contexto é que se faz necessário que a família compreenda a criança no cotidiano familiar, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quando responsabiliza prioritariamente a família na redação do artigo 4º do referido estatuto:

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (ECA, art.4º).

A redação do artigo implica ainda que a família tenha consciência do seu modo de vida, de suas idéias e concepções sobre a educação dos filhos, sobre as práticas educativas que utiliza da rotina doméstica, das redes sociais de apoio, dos valores sociais e crenças culturais assim como da natureza do relacionamento entre os vários subsistemas que a compõem: marido, esposa, filhos, avós, tios e assim por diante.

Entretanto, em que pese ao papel desempenhado pela família na socialização da criança, não se pode pensá-la fora do contexto material, social e histórico em que estão inseridas. A pobreza vem sendo associada à questão da existência da criança em situação de rua (APTEKAR, 1996) e até mesmo apontada como a causa para a procura de internação de crianças no Brasil (RIZZINI e RIZZINI, 1991). E o trabalho de Peres (1997) sugere ser a desestruturação no relacionamento de famílias com condições econômicas, ocupacionais e educacionais desfavorecidas um dos fatores preponderantes não só para a ida como para a permanência das crianças na rua, culminando com a perda dos vínculos.

O estudo de Biasoli-Alves e Zamberlam (1996), que compara famílias de nível educacional e rendas diferentes, ilustram em parte essas afirmações quando apresentam dados que evidenciam serem as famílias de contextos sociais pobres as

que se engajam menos em interações e atividades variadas, ao mesmo tempo em que os pais adotam estratégias educativas mais inadequadas.

Peres (1997) também traz indicações nesse sentido. A autora descreve o modo de vida, o relacionamento familiar e as práticas educativas de vinte e cinco (25) famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social e pessoal (pertencentes a três grupos, classificados de acordo com o tipo de atividade realizada pela criança na rua e pelo vínculo mantido com a família) e verificou:

a) Conteúdo restrito das interações desenvolvidas entre os vários subsistemas, especialmente entre marido-esposa (ou companheiros) e genitores-crianças;

b) Diferenças entre os grupos, com padrões de interação e relação mais disruptivas, caracterizando-se por uma organização familiar para as crianças que já moram nas ruas;

c) Maior percentual de mães que fazem uso de drogas e bebidas alcoólicas, pais ausentes, conflitos conjugais e emprego de práticas educativas violentas.

Entretanto, ainda há necessidade de que mais estudos aconteçam no âmbito das famílias, crianças e seu desenvolvimento no contexto brasileiro, sobretudo para que as intervenções sociais e governamentais venham a ser projetadas e executadas do modo adequado.

Swart-Kruger e Donald (1996) alertam para a necessidade de se contar com mais dados sobre a vida das crianças antes de estas irem para as ruas, a fim de que possa se avaliar melhor os possíveis fatores associados a esse grave problema, ressaltando variáveis como o nível educacional e solidariedade social na estruturação da vida familiar. Mas a etiologia dos problemas sociais é complexa e variada, caracterizando-se por um entrelaçamento de fatores.

Há de se considerar também, outras noções relativas à família. Osório (1996, p.43) relata, ainda, que “família não é uma expressão passível de conceituação, mas tão somente de descrições”, enquanto que, Morais (1999, p.50) refere que

“atualmente não podemos dizer que família é um conceito unívoco”. Engels (1971, p. 67), associa a palavra família a *famulus*, que significa “escravo doméstico”. A família, então, designava o conjunto de escravos pertencentes ao mesmo dono. Para ele, a família moderna “(...) contém o germe não só da escravidão, mas da servidão também”.

Levando-se em consideração as afirmações mencionadas, acredita-se que as possibilidades de estrutura dos sistemas familiares afetam e modificam a dinâmica das relações entre seus membros. Todas as famílias passam por etapas transacionais que compõem o seu ciclo vital, em que surgem crises, a partir das quais a família necessita de uma reorganização que rege mudanças e crescimento. É, então, no cotidiano da família que a criança aprende o significado de viver, desenvolve relações afetivas e, através delas, formará sua personalidade. Cada família organiza-se de forma única e reage frente a diferentes situações, ou seja: o cenário familiar está engendrado por determinantes socioeconômicos, políticos e culturais (MORAIS, 1999, p.80).

De fato, as relações desiguais entre homens e mulheres, pais e filhos, professores e alunos, bem como as de profissionais no contexto do trabalho têm sido evidenciadas ao longo da história, nas artes, na filosofia, na religião e em outras ciências. No âmbito do lar, segundo Assis (1991, p.33), “a relação estabelecida entre os familiares num lar violento possui elos que enlaçam todos os seus componentes, não só o ato abusivo, mas alimentando-o constantemente”.

Toda essa discussão demonstra mais uma vez, que não há como negar que a família é o núcleo básico de formação da criança. Nesta perspectiva, entende-se que esta é uma instituição social, responsável pelos cuidados e pela socialização na infância. Pensar sob esse ângulo por si só já justifica a razão de nosso interesse nessa temática e fenômeno social.

2.2. Tipos de violências

Para Azevedo e Guerra (1998), todo ato de violência praticado contra crianças (ou qualquer outro ser humano, seja em que faixa etária) é uma negação do direito que todos nós temos de sermos tratados como sujeitos e pessoas capazes de viver plenamente a cidadania em nossa sociedade. Com relação às crianças, é negar sua condição peculiar de desenvolvimento e sua importância para o futuro da humanidade. É importante, neste momento, enfatizar que as violências domésticas e intrafamiliares abrangem conceitos específicos de violência física, psicológica, sexual e de negligência conforme podemos conferir nos parágrafos a seguir.

Para Guerra (1985, p. 56), **violência física** “é o emprego de força física contra a criança (ou qualquer outra pessoa) de forma não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimentos e perpetrada por pai, mãe, padrasto ou madrasta”.

A **violência psicológica** é definida por Deslandes (1994, p. 76) “como a interferência negativa do adulto ou pessoa mais velha sobre a competência social da criança, produzindo um padrão de comportamento destrutivo.” Entre as maneiras mais comumente praticadas estão: a negação, o isolamento e as agressões verbais.

Violência sexual é entendida por Azevedo e Guerra (1989, p. 42) como “todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter estimulação sobre sua pessoa ou de outra pessoa”.

Já a **negligência** para Azevedo e Guerra (1989, p.43) se refere ao “fato da família se omitir em prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente”. Acredita-se que, por trás da violência na família, esconde-se um modelo de educação que tem por objetivo quebrar a vontade da criança e sufocar o que nela tem de vivo para transformá-la num ser dócil e obediente.

A Política Nacional de Redução da Violência (BRASIL, 2005) também traz algumas definições para os subgrupos da violência intrafamiliar:

- Violência ou maus-tratos físicos – uso da força física, capaz de produzir uma injúria, ferida, dor ou incapacidade.
- Violência ou maus-tratos psicológicos – agressão verbal ou gestual com o objetivo de aterrorizar, rejeitar, humilhar a vítima, restringi-la de liberdade ou ainda isolá-la do convívio social.
- Violência Sexual – ato ou jogo sexual que ocorre em relação hetero ou homossexual, que visa estimular a vítima ou utilizá-la para poder obter excitação sexual e práticas eróticas e sexuais, impostas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças.
- Negligência – recusa e omissão ou fracasso por parte do responsável no cuidado com a vítima.

Segundo Camargo (1998), no Brasil, a evolução do modelo familiar se deu através da família patriarcal para a conjugal. A família conjugal, moderna e nuclear, composta por pais e filhos ou pelo menos por um dos genitores, tornou-se padrão hegemônico atual. É o cenário no qual as pessoas se reproduzem e são socializadas, impregnadas de cultura, de moral e de valores vigentes, onde são estabelecidas as relações de gênero e de poder no qual as pessoas se machucam, produzem e reproduzem relações violentas.

Essa família nuclear, patriarcal, tradicional, é considerada modelo? Sim, pois a família é o núcleo primário reprodutor de relações assimétricas, violentas, baseadas no poder. Afinal a vitimização infantil é comum à evolução e à história da civilização humana. E é dentro da família que se castiga uma criança, método apreendido socialmente e culturalmente e repassado por gerações. Acredita-se que a família é fator importante no contexto do desenvolvimento biopsicossocial da criança, do adulto e da sociedade; então, a violência contra a criança é uma forma de relação social ligada ao modo pelo qual os indivíduos produzem suas condições existenciais em nossa cultura, amparada no exercício da própria violência (MENEQUEL, 1996, p. 43).

Meneghel (idem, p. 12), ao traçar um perfil de famílias maltratantes / maltratadas, constatou que as mulheres dessas famílias que são maltratadas por seus maridos, muitas vezes, agredem os filhos: “[...] nestas famílias, a mulher maltratada pelo marido é geralmente o adulto que maltrata os filhos, num ciclo onde o que detém maior parcela de poder machuca os que estão em posição hierárquica inferior, e assim sucessivamente”.

Caminha (1999) descreve que os homens agressores podem ser encontrados em diferentes classes sociais, grupos étnicos e religiosos, apresentando baixo limiar de tolerância a frustrações, e que mascaram o comportamento agressivo fora do âmbito familiar. As mulheres dessas famílias, por sua vez, geralmente, são deprimidas, possuem baixa auto-estima, apresentam alto risco para adição de drogas e de álcool. Além disto, são submissas, passivas, impotentes, se isolam dos amigos e da comunidade e, constantemente, perdem a capacidade de protegerem a si e aos seus filhos.

O autor relata que as famílias que apresentam negligência, violência física ou psicológica têm pais com tendência a ocultar as lesões da criança, expondo justificativas não convincentes, contraditórias, para as lesões e outros problemas. São pais que revelam apatia e indiferença com seus filhos, usando uma forma muito severa de educá-los; tratam a criança de forma ríspida, humilhando-a e desqualificando seu potencial. Descrevem os filhos como “maus”, “desobedientes” e “sem jeito de melhorar”.

Muitos pais que pertencem às famílias cujas características revelam descaso ou violência (física ou psicológica) tiveram experiências de maus tratos sofridos enquanto crianças e, geralmente, são usuários de álcool e outras drogas. Ainda segundo Caminha, as famílias que apresentam casos de abuso sexual de crianças evidenciam características diferentes das com episódios de violência ou de negligência. As primeiras apresentam um cuidado e proteção exagerada com a criança e o adolescente, demonstrando controle rígido sobre as relações sociais, mostrando possessividade e ciúme exagerados, manifestando proibição das relações de namoro, apresentando desconfiança permanente. Essas famílias

acusam freqüentemente a criança ou o adolescente de ter um comportamento sedutor e/ ou promíscuo, comprovando uma clara inversão de papéis, e é habitual que a filha desempenhe o papel de mãe dentro de casa. O autor relata ainda que o uso abusivo de álcool e de outras drogas, como também o fato dos pais terem sido submetidos a maus tratos na sua infância são traços encontrados habitualmente nas famílias de crianças submetidas à violência intrafamiliar.

No Brasil, apesar do conhecimento sobre a dimensão da violência familiar ser ainda escasso, este fenômeno é também classificado como violência doméstica ou intrafamiliar, em larga escala. A violência familiar é um fenômeno amplo que ocorre em um ambiente privado, dentro do lar. Assim, ela é dificilmente reconhecida, pois é cometida pelos adultos sobre os membros mais vulneráveis do grupo familiar, em especial as crianças, segundo posicionamento de autores como Ferriani et al (2000).

Percebe-se que a violência, muitas vezes, ocorre em um espaço privativo, no lar, local de poder irrestrito, no qual relações adultocêntricas são exercidas autoritariamente por pais que julgam, pelo ideal do amor paterno, o que é o melhor, o que “é para o seu próprio bem”. Assim, as aplicações do castigo corporal, da palmada e da surra com chicote são práticas vistas como normais, aceitáveis socialmente e usadas como justificativas para a correção, sendo atos disciplinares amparados, sempre, na figura do pátrio poder.

A percepção sobre esses atos torna-se evidente na obra de Paulo Freire (1992, p.22), quando este exemplifica os castigos que se aplicam em crianças por motivos triviais, como amarrar a criança num tronco de árvore, prendê-la durante horas num quarto, darem-lhe batidas com palmatórias, ajoelhá-la no milho e surrá-la com correia de couro. Os agressores acreditam que “castigo duro é que faz gente dura, capaz de enfrentar a crueldade da vida. Pancada é que faz homem macho”.

Foucault (2004, p.143), trabalhando o mesmo enfoque, ressalta que “o poder disciplinar é, com efeito, um poder que tem como função maior de “adestrar”. A disciplina fabrica indivíduos e é vista como a técnica específica de um poder que torna os indivíduos objetos e instrumentos de seu exercício.

Concebe-se que, por meio do relacionamento de poder entre pais e filhos, existe uma clara ligação entre a sujeição à forma de uma disciplina que, muitas vezes, justifica o uso de agressão em qualquer grau de violência, e o uso da violência como um meio para atingir um fim. Em outras palavras, os pais pretendem fazer dos filhos, indivíduos, entidades saudáveis, normais e produtivas. Assim, as crianças, em nossa cultura de poder adultocêntrico, são machucadas, espancadas, sexualmente abusadas e assassinadas por adultos que na prática se colocam como protetores das mesmas.

Para Lisbôa (2007, pag.31) “na maioria das vezes, esse adulto é criado por uma família desestruturada, que não lhe deu atenção, o amor, e a segurança necessárias ao seu bom desenvolvimento emocional; que não lhe ensinou a importância da disciplina, dos limites, dos princípios e valores; que violentou a sua auto-estima, que o submeteu a episódios de violência física, mental, emocional, relacional e social”.

Para Osório (1996, p. 41), “falar em família é mergulhar em águas de diferentes e variados significados para as pessoas, dependendo de onde vivem de sua cultura e, também, de sua orientação religiosa e filosófica, entre outros aspectos”. Em consonância com o proposto, pode-se afirmar que todo ser humano tem um significado próprio de família que está intrinsecamente vinculado com sua realidade vivencial.

2.3. O adolescente em conflito com a lei

O adolescente em conflito com a lei é aquela pessoa que tem entre 12 e 18 anos incompletos e praticou um ato infracional. “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (art.104, ECA).

A Lei nº8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura direitos às crianças e adolescentes. Ao adolescente autor de ato infracional são destinadas medidas de caráter sócio-educativo e também protetivas. O cometimento de delito não faz cessar o direito nem mesmo durante o tempo de medida de restrição de liberdade; ao contrário, o

que se recomenda é que a medida sócio-educativa seja uma possibilidade de retomada da cidadania do adolescente e de reafirmação dos seus direitos, que em geral foram violados precocemente.

Cabe ressaltar que antes da promulgação do ECA, a legislação vigente que tratava das questões relativas a crianças e adolescentes em vulnerabilidade pessoal e/ou social era o Código de Menores, conhecido como Código Mello Matos. Em 1902, Mello Matos propõe, para o Brasil, um Projeto de Proteção ao Menor, que é transformado em lei no ano de 1926, sendo promulgado em 12/10/1927 (VOLPI, 2001, p.26).

O Código de Menores foi a primeira intervenção legal, de caráter oficial e de forma devidamente sistematizada, na vida de crianças e adolescentes excluídos. Tal legislação era caracterizada pelo poder arbitrário do juiz de menores e por sua prática intervencionista. A proposta de internação era de caráter corretivo e a intervenção era realizada sem vinculação com as causas geradoras das situações de abandono e delinquência. A origem do abandono era relacionada às condições sociais e econômicas advindas da modernização nos anos 20 e 30 do século XX, que apontam decomposição da família e do poder paterno como os principais responsáveis por sua condição. As mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos, acompanhados das alterações significativas que ocorrem na produção em escala mundial, afetam profundamente o mercado de trabalho e têm impacto significativo na vida das pessoas (BAIERL, 2004, p.20).

Volpi chama atenção para o art.26 do Código de Menores, uma vez que seu conteúdo revela de forma unívoca como se transformou a criança ou adolescente sejam eles vítimas, infratores ou negligenciados, em uma única categoria arbitrária de menores abandonados e que a característica usada como critério para a determinação da responsabilidade da criança ou do adolescente sobre o delito era o discernimento, ou seja, a sua consciência em relação à prática criminosa. Diz a lei:

Consideram-se abandonados os menores de 18 anos:

- Que não tenham habitação certa nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda viva;

- Que vivem em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoas que se entreguem habitualmente à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes;
- Que se encontram em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem;
- Que freqüentem lugares de jogos ou moralidade duvidosa ou andem em companhia de gente viciosa ou de má vida;
- Que devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:
 - a) Vítimas de maus tratos físicos habituais imoderados;
 - b) Privados habitualmente dos alimentos e cuidados indispensáveis à saúde;
 - c) Excitados habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem (VOLPI, 2001, p.26).

Ainda segundo Volpi (2001, p.27) “a idéia que a sociedade tinha era de que a existência de crianças e adolescentes pobres era vista como uma disfunção social e para corrigi-la retirava-se compulsoriamente os menores das ruas, fossem eles pobres, abandonados, órfãos, infratores e os confinava em internatos isolados do convívio social, onde passavam a receber tratamento violento e repressivo”. Para o autor, o Código de Menores se constituiu na peça jurídica mais contundente de explicitação da divisão da infância por categorias arbitrárias e excludentes.

Essa situação de vulnerabilidade era entendida pelo Código de Menores como uma situação irregular para os padrões sociais. Assim, quando a criança ou adolescente encontrava-se privado de condições essenciais à sua subsistência, ele estava em Situação Irregular. Por isso, o Código de Menores (Código Mello Matos) tinha base na Doutrina da Situação Irregular.

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira traz em seu bojo os três princípios fundamentais da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança da ONU, baseados na Doutrina da Proteção Integral, que são:

- O conceito de criança como sujeito de direitos e que tem condições de participar das decisões que lhe dizem respeito;
- O princípio do interesse superior da criança, isto é, que os direitos da criança devem estar acima de qualquer outro interesse da sociedade e;
- O princípio da indivisibilidade dos direitos da criança, ou seja, não se trata de assegurar apenas alguns direitos, e sim todos (VOLPI, 2001, p.32).

Mas é o ECA que vem romper com a Doutrina da Situação Irregular, dando espaço a Doutrina da Proteção Integral, consolidar e reconhecer a existência da criança e do adolescente como novo sujeito político e social de direitos. Contudo, o que percebo na minha rotina de trabalho, é que a doutrina da proteção integral ainda está mais no papel do que na prática. O que está colocado na lei tem demorado em mudar as práticas repressivas já enraizadas em grande parte da sociedade. A questão do adolescente em conflito com a lei e do sistema sócio-educativo destinado a atendê-lo é o coração do conflito entre a doutrina da proteção integral e a persistência da doutrina da situação irregular.

O ECA dispõe de dois grupos de medidas sócio-educativas, são elas:

- As medidas em meio aberto: advertência, obrigação de reparo ao dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida;
- E as medidas privativas de liberdade: semi-liberdade e internação.

Neste estudo, nos deteremos à medida educativa de prestação de serviços à comunidade, por considerar o grupo de adolescentes que fazem parte da nossa pesquisa.

“A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, em entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais” (ECA, art.117).

Parágrafo Único – as tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante a jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência escolar ou à jornada normal de trabalho.

Acredita-se que esse tipo de ação possibilite que o sócio-educando reflita sobre suas ações, uma vez que a medida de prestação de serviços à comunidade por ter um caráter educativo e de vivência de novas relações em comunidade e atitudes, fomenta a construção de um projeto de vida através da participação efetiva

da família, da comunidade e do poder público. É importante lembrar que paralelamente a esse trabalho de infração ocorre também o atendimento de proteção a crianças e adolescentes, que são crianças e adolescentes em vulnerabilidade pessoal e/ou social, no qual tivemos o primeiro foco.

As medidas sócio-educativas configuram um novo modelo de responsabilização do adolescente autor de ato infracional. Elas apresentam uma carga retributiva, com cunho pedagógico, educativo, objetivando a reintegração desse adolescente à vida em sociedade (ALMEIDA, 2008, p.109), por considerar este como sujeito de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, necessitando, portanto, da proteção integral do Estado, da família e da sociedade.

A proteção integral também refere-se ao fato de resguardar a dignidade da pessoa humana que se encontra em fase de amadurecimento, daí a responsabilização do ato infracional não ocorrer por pena (como os adultos) e sim por aplicação de medidas educativas, uma vez que é mais adequadas às condições físicas, psicológicas, emocionais, biológicas do adolescente, e que este, por meio de um processo educacional, tenha condições de recuperar sua capacidade de conviver pacificamente na sociedade, ao contrário do adulto que já tem seus valores formados e suas convicções mais firmes.

É na adolescência que o indivíduo começa a olhar além do seu universo familiar procurando construir sua identidade própria. No caso dos jovens de baixa renda, essa fase de desenvolvimento, muitas vezes, passa a ser vivenciada no âmbito familiar sócio-economicamente desestruturado.

Nesses ambientes vulneráveis, ocorre que nem sempre as autoridades familiares (quando se fazem presente), dispõem de meios simbólicos e materiais para influenciar de maneira efetiva no futuro dos filhos adolescentes que, via de regra, querem experimentar - como todo e qualquer jovem independente de classe social - as opções da cultura urbana. Assim, nem sempre a necessidade de consumo como afirmação pessoal pode ser saciada pela família.

Esses jovens vivem à margem de uma sociedade urbana que cultiva, sobretudo, nos meios de comunicação, a imagem do vencedor. Vencedor é aquele que alcança suas expectativas de vida podendo se tornar, inclusive, rico e famoso porque tem a coragem de impor sua vontade própria. Nesse sentido, abre-se uma porta para o sucesso. É preciso ousar !! (MITSCHEIN, 2006, p.44).

Nesse contexto, se a adolescência é fase natural do protesto, no caso dos jovens da periferia urbana este protesto se manifesta, em grande parte, na transgressão das leis de uma sociedade, que perpetua sua exclusão social.

No Brasil, os adolescentes são freqüentemente considerados responsáveis pelo aumento da violência (RIZZINI, 2008). As imagens de violência e periculosidade associadas ao adolescente são comuns. Esta visão contribui para que um grande contingente de adolescentes seja marginalizado do mercado de trabalho e do ensino formal e, conseqüentemente, do exercício da sua cidadania. Infelizmente, a sociedade não oferece, a princípio, um lugar para todos, assim, a transição para as diferentes etapas da vida torna-se mais difícil.

Sobre o pano de fundo de uma relativa descronologização do percurso das idades, e uma dificuldade geral de lograr inclusão plena, a entrada no mundo adulto se faz cada vez mais tarde, segundo etapas variadas e desreguladas (ABRAMO, 2005, p. 44).

Assim, a adolescência deixa de ser uma etapa de “integração” social e passa a ser um momento de “estranhamento” social. E esse estado de “estranhamento” social pode gerar um estado de anomia social. Adorno (1998, p.23) ressalta que no entender de Ralph Dahrendorf, autor do livro em língua inglesa, titulado *Law and Order* (1985), anomia não se tratava de um estado de espírito, mas sim de sociedade. Uma condição social em que as normas reguladoras do comportamento das pessoas perderam sua validade.

2.4. Anomia

A palavra anomia começou a ser usada no séc. XVII para significar desconsideração pela lei divina. Deriva do grego *anomia* que significa sem lei e conota iniquidade, impiedade, injustiça e desordem (ORRU, 1987 apud LESSA, 1996, p.20). Segundo Besnard (1987, p.13), para Durkheim, crítico da sociedade industrial, anomia traduz uma “desadaptação à ordem social”

Outra visão de anomia apresentada por Lessa é a de Robert Merton (1996, p.21), que concebia a anomia como “um colapso na estrutura cultural, ocorrendo particularmente onde há uma bifurcação aguda entre as normas e objetivos culturais e as capacidades socialmente estruturadas dos membros do grupo, de agir de acordo com essas normas e objetivas”.

Para Boudon e Bourricaud (1993, p.25) “anomia é um desregramento social”. Os autores dizem ainda que “há anomia quando as ações dos indivíduos não são mais reguladas por normas claras e coercitivas” (p.26).

Quintaneiro (2002) ressalta, outro autor que teve forte influência nos conceitos de anomia, que foi Émile Durkheim. Filósofo de formação e Sociólogo francês, fundador da Sociologia como disciplina acadêmica, nasceu em Épinal, Vosges, em 1858. Frequentou a École Normale Supérieure em Paris. Em 1887 assumiu em Bordéus a primeira cadeira de sociologia da França. Atuou incansavelmente na instituição da Sociologia e no seu reconhecimento como ciência, legitimada pelo aporte teórico e metodológico de matriz funcionalista. Fundou o periódico *L'Année Sociologique* e, em 1902, passou a lecionar sociologia e educação na Sorbone.

Durkheim (196) compartilha com o conceito de anomia por considerá-lo capaz de expressar as conseqüências da ruptura de equilíbrio de uma sociedade. O momento em que ocorre o fenômeno da anomia na sociedade é aquele em que as ações individuais deixam de ser reguladas por normas claras e coercitivas; momento de crescimento da prosperidade e das necessidades, quando os desejos e apetites individuais são exaltados a ponto de não mais comportarem a velha ordem tradicional, que perde seu poder regulador cedendo lugar ao egoísmo individual.

“para Durkheim a anomia se explica por um deslocamento dos costumes que não enquadra mais estreitamente à atividade social. Quando as forças desintegradoras começam a faltar, os indivíduos em competição uns com os outros não conseguem mais limitar seus desejos. Esse mal-estar é característico das sociedades modernas que conheceram um excepcional desenvolvimento das atividades econômicas, implodindo as comunidades tradicionais, a indústria e o comércio “fracamente penetrado de moralidade”, desvalorizando numerosos valores e obrigações indispensáveis à vida social” (LELLEMENT, 2003, p.222).

Durkheim (1996, p.20), chama ainda atenção para o fato de que as mudanças advindas com a era industrial estabeleceram na sociedade um estado anárquico, causado especificamente a partir desta nova dimensão social. Para o autor francês, este fato social tomou proporções bastante adversas do que àquelas observadas pela distribuição desigual da riqueza, apontando a *divisão anômica do trabalho*, como “anormal” porque consistia na ausência de um corpo de regras governando as relações entre as funções sociais, podendo ser detectado nas crises industriais e comerciais e no conflito entre trabalho e capital. Sua principal causa estava na rapidez com que ocorria a industrialização, rapidez tal que “os interesses e conflitos não tiveram tempo de atingir um ponto de equilíbrio”. A medida que o mercado se amplia e surge a indústria de grande escala, o efeito é “transformar o relacionamento entre empregados e empregadores”, ou seja, embora este novo processo de produção tenha captado grande quantidade de mão-de-obra, essas atividades não exerciam a coação tão necessária para a instituição da moral, imposição de limites essenciais à vida humana. Assim, a contraposição entre o crescimento acelerado do mercado e os valores morais e religiosos instituíram na sociedade um estado de anomia social.

A concepção da moral presente nas relações humanas, especificamente na Idade Média representava entre os homens a imposição de limites. Seus egoísmos individuais eram contidos. A igreja e a família consubstanciavam essa relação, freando os impulsos, a injustiça, dentre outros males da vida social. Com a mudança nas relações de trabalho, especificamente com a industrialização e a era Moderna, se institui a divisão do trabalho, que na perspectiva durkheiminiana é um fato social (DURKHEIM, 1967).

Quintaneiro (2002, p.93) apresenta a moral como “um sistema de normas de conduta que prescrevem como o sujeito deve condizir-se em determinadas circunstâncias”.

Para Durkheim (1967, p.338) a moral “é tudo o que é fonte de solidariedade, tudo o que força o indivíduo a contar com seu próximo, a regular seus movimentos com base em outra coisa que não os impulsos de seu egoísmo, e a moralidade é tanto mais sólida quanto mais numerosos e fortes são estes laços”. Ele acreditava que quando a sociedade é perturbada por uma crise, torna-se momentaneamente incapaz de exercer um papel de freio moral sobre seus membros. Logo, estes deixam de ser solidários, e a própria coesão social se vê ameaçada porque...

“as tréguas impostas pela violência são provisórias e não pacificam os espíritos. As paixões humanas não se detêm senão diante de um poder moral que respeitem. Se toda autoridade desse tipo faz falta, é a lei do mais forte que reina e, latente ou agudo, o estado de guerra é necessariamente crônico” (DURKHEIM, 1967, p.8).

Durkheim reconhece que a anarquia é dolorosa, que os indivíduos sofrem com os conflitos, com as desordens e com a sensação de hostilidade geral e de desconfiança mútua quando eles se tornam crônicos. O autor se refere a esse estado de anarquia atribuindo parte das desigualdades e das insatisfações presentes na sociedade moderna à *divisão anômica do trabalho*, justificando que tais atividades não exerciam a coação, sem a qual não há moral, isto é, não se lhes apresentavam como uma autoridade que lhes impusesse deveres, regras, limites (DURKHEIM, 1967).

Para o sociólogo francês, o mundo moderno caracterizar-se-ia por uma redução na eficácia de determinadas instituições integradoras como a religião e a família, já que as pessoas passam a agrupar-se segundo suas atividades profissionais. Assim, a família não possui mais a antiga unidade e indivisibilidade e o Estado mantém-se distante dos indivíduos. A diversidade de correntes de pensamento torna a religião pouco eficaz, na medida em que não mais subordinam completamente o fiel. Com isso, a profissão assume importância cada vez maior na vida social, tornando-se herdeira da família, substituindo-a e excedendo-a.

Assim, Durkheim entende que o grupo profissional exerceria sobre seus membros daquela sociedade profissional, uma regulamentação moral, capaz de refrear-lhe certos impulsos e a pôr fim aos estados anômicos quando eles se manifestam. Desta forma, estariam cumprindo com seu “papel moral de conter os egoísmos individuais, de manter no coração dos trabalhadores um sentimento mais vivo de solidariedade e de impedir que a lei do mais forte se aplique tão brutalmente” (1967, p.14).

Enfim, sendo a divisão do trabalho um fato social, seu principal efeito não é aumentar o rendimento das funções divididas, mas produzir solidariedade. Se isso não acontece, é sinal de que os órgãos que compõem uma sociedade dividida em funções não se auto-regulam, porque os intercâmbios ou contatos que realizam são insuficientes ou pouco prolongados. Com isso, não podem garantir o equilíbrio e a coesão social. Nesses casos, o estado de anomia é iminente (Quintaneiro, 2002, p.91).

Segundo Reis (2009), Durkheim entende que a criança é anômica por natureza isto é, o ser humano no início de sua vida ainda não pode compreender as normas e as regras da sociedade, constitui-se num sujeito anômico por essência visto que se encontra num estado bruto de plena entrega às suas volições, às paixões desenfreadas, aos desejos absolutos e inadiáveis. Para corrigir este mal Durkheim propõe que a educação seja encarregada não apenas de transmitir conhecimentos e saberes, mas, sobretudo, de socializar as crianças.

O conceito de socialização, no entanto, é vinculado à educação pelo autor. Para ele, a educação fará com que os indivíduos se adaptem a realidade vivida, inscrevendo, desde cedo na criança, à sociedade. Émile Durkheim entende que a infância é um mal a ser combatido, sobre a qual *permanece o campo de batalha entre o corpo da criança e a educação que irá corrigi-lo*. De tal modo, Durkheim sugere que as consciências individuais são formadas pela sociedade, para tanto a formação do sujeito social, deve propiciar a assimilação dos princípios morais e éticos que regem dada sociedade. São, pois, estes princípios que uma vez internalizados determinam a conduta do indivíduo no grupo. Portanto, para o

pensador francês, o homem é um produto da sociedade, isto é, a sociedade pesa sobre a conduta do indivíduo, transformando-o em um *sujeito disciplinado ou não* (REIS, 2009).

Segundo Reis (2009), para Durkheim a educação torna-se um bem social caracterizado pela capacidade de transmitir as normas sociais, compreendidas como a cultura local, uma vez definidos os seus princípios a educação tratará de diminuir as capacidades individuais em benefício do coletivo. Para o fundador da sociologia a educação deve dar-se de forma normativa, da velha para a jovem geração, uma vez que para o autor, a criança nada mais é que tábula rasa (que nasce sem valores e tende a adquirí-los com a educação que recebe). Reafirma deste modo, a autoridade do professor, como adulto, para com o aluno, como criança. Para Durkheim uma das principais funções sociais da educação é moralizar, daí a importância da educação.

Sobre esse importante papel da educação no controle das anomias, Althof e colaboradores (2004, p.97) destacam algumas funções importantes da família:

- Ser o agente principal da socialização primária. Ela determina como se vão dimensionar as práticas de educação de sua prole; compõe o ambiente em que a criança vai viver; estabelece maneiras e limites para as interações de pais, filhos e netos;
- Manter a convivência de pessoas de idades diversas, com trocas afetivas intensas, permitindo a formação da identidade primeira, fazendo parte de sua habilidade e competência produzir, organizar e dar forma e significado às relações entre seus membros e;
- Incluir, na natureza do vínculo afetivo, o cuidado, quando focaliza pais e filhos; e a lealdade intergeracional, ao pensar a linha de transmissão de valores e os modos de estar e acatar as famílias de origem.

3 SOBRE BELÉM: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL

3.1 Fundação

Belém do Pará foi fundada em 12 de janeiro de 1616, sob comando da Dinastia Filipina, para proteger a foz do Rio Amazonas e garantir o território sob posse e domínio ibérico. Geograficamente singular, foi colonizada por sobre o Meridiano de Tordesilhas, em terras então pertencentes à Espanha. Inicialmente batizada de Feliz Lusitânia, foi denominada também de Santa Maria do Grão Pará, Santa Maria de Belém do Grão Pará e, finalmente, Belém (BASSALO, 2002).

É uma das mais antigas e tradicionais capitais brasileiras. A capital do Estado do Pará conta com um grande complexo de ilhas e reservas ambientais com aspectos naturais plenamente preservados. A cidade possui uma vasta riqueza cultural herdada dos povos indígenas que habitavam a região, os Tupinambás, e a herança europeia advinda dos portugueses, compondo a essência cultural da região, que apresenta ainda, significativos traços da cultura negra herdada da África (BASSALO, 2002).

3.2 Localização



Figura 01: Localização regional do Pará /Fonte: Google Imagens (2009)

O Estado do Pará é composto de uma grande área geográfica, uma das maiores do planeta. Possui cerca de 1.284.000 km². É o segundo maior Estado brasileiro, sendo menor apenas que o Estado do Amazonas, que faz juntamente com o Pará a composição maior da região Amazônica. Tem como capital o município de Belém, situado no Norte do Brasil e considerada a “metrópole da Amazônia”, por ser a maior concentração populacional do Norte brasileiro. Desde seu descobrimento, no início do século XVII, a cidade passou por diversas transformações estruturais e sociais dados movimento histórico que afetava o Brasil neste período principalmente com a chegada da revolução industrial ocorrendo assim alterações urbanas, que sem dúvida afetaram as relações sociais firmadas no período.



Figura 02: Localização regional de Belém
Fonte: Google Imagens (2009)

A capital do Estado do Pará está situada em um dos braços do rio Amazonas. É banhada pelo Rio Guamá ao sul e pela Baía do Guajará a oeste a 160 quilômetros ao sul do equador. Ocupa uma área de 505, 8231 km² de terras planas aluvionais, circundadas por uma complexa rede hidrográfica constituídas por bacias, igarapés e furos. Apresenta-se a 14 metros acima do nível do mar, situada em plena faixa

equatorial. A maior parte de sua área urbana consolidada (parte histórica), está construída em uma ponta de terra comprimida a oeste, limitada pela Baía do Guajará, no encontro entre o Rio Pará com o Rio Guamá.

A cidade de Belém é a maior cidade na linha do Equador. É conhecida como a Capital da Amazônia, devido ser considerada a capital do Pará e da Amazônia Brasileira. Este fato deve-se em decorrência de ser o principal portão de entrada para a Região Norte do Brasil.

3.3 Demografia

Belém, com uma população de 1.437.600 habitantes, é a 10ª cidade mais populosa do Brasil e a 2ª da região Norte. A cidade possui o maior IDH entre as cidades do norte e nos últimos anos, vem se verticalizando de forma acelerada, pelo fato de grandes áreas centrais estarem cada vez mais escassas, levando investimentos para a zona de expansão e região metropolitana. A cidade tem o 5º metro quadrado mais caro do País.

3.4 Aspectos socioespaciais de Belém⁷

Sob o aspecto histórico da cidade de Belém, é importante considerá-la segundo os seus momentos históricos sociais. Seu processo de colonização data do início do século XVII, como consequência da disputa da colonização das Américas pelas duas maiores potências da época, as Coroas Portuguesa e Espanhola (BASSALO, 2002).

Belém é considerada a “metrópole da Amazônia”, por ser a maior concentração populacional do Norte brasileiro. Desde seu descobrimento, no início do século XVII, a cidade passou por diversas transformações estruturais e sociais em função do movimento histórico que afetava o Brasil neste período principalmente com a chegada da revolução industrial ocorrendo assim alterações urbanas, que sem dúvida afetaram as relações sociais firmadas no período.

⁷ Os dados aqui apresentados, principalmente os de caráter geográfico e histórico dos últimos anos são em sua maioria da obra de Bassalo (2002).



Figura 03: Vista de Belém pela baía do Guajará
Fonte: Google imagens (2009)

A capital paraense é conhecida mundialmente como a Cidade das Mangueiras, título advindo da grande quantidade de mangueiras plantas na transição do séc. XIX para séc. XX em sua área urbana. É conhecida também como a Cidade Morena, devido à miscigenação da população.



Figura 04: Vista das Mangueiras em Belém
Fonte: Google imagens(2009)

Possui um patrimônio cultural e histórico fascinante, que impressiona fortemente quem a visita, dentre os quais podem ser citados: as danças,

representadas pelo carimbó, siriá, lundu, brega; a religiosidade, representada pelos antigos templos cristãos espalhados pela cidade.



Figura 05: Vista externa do Teatro da Paz
Fonte: Google imagens (2009)



Figura 06: Vista interna do Teatro da Paz
Fonte: Google imagens (2009)



Figura 07: Vista interna da Basílica de Nazaré
Fonte: Google imagens (2009)



Figura 08: Grupo de apresentação do Carimbó, dança típica de Belém
Fonte: Google Imagens (2009)

Em 1688 é criado o Mercado do Vêr-o-Peso, que auxilia a cidade a comercializar seus bens locais. Localizado na orla, se torna o primeiro meio de comunicação entre a cidade e o mundo. O nome se deu quando os portugueses

criaram um posto de tributação com o nome de casa do Haver-o-Peso (BASSALO, 2002).

O complexo do “Ver – o – Peso” possui mais de 26 mil metros quadrados, sendo formado pelo Mercado de Ferro ou de Peixe, o Mercado Municipal de Carne, a Praça do Pescador, a Praça do Relógio, a Praça dos Velames e pelo Palacete de Bolonha. É o maior mercado e feira ao ar livre da América Latina. Está às margens da Baía do Guajará. É um dos pontos turísticos mais conhecidos de Belém e foi tombado pelo Instituto Histórico e Arqueológico Nacional - IPHAN. A origem do mercado remonta a segunda metade do século XVII.

O Mercado do Vêr-o-Peso tem mais de duas mil barracas e comércios populares onde é vendido de tudo, desde peixes, carnes, frutas e legumes até artigos regionais e ervas medicinais.



Figura 09: Vista do Mercado do Vêr-o-Peso pela baía do Guajará
Fonte: Google Imagens (2009)



Figura 10: Mercado do Vêr-o-Peso: venda de artesanatos
Fonte: Google Imagens (2009)



Figura 11: Mercado do Vêr-o-Peso: venda de ervas
Fonte: Google Imagens (2009)



Figura 12: Mercado do Vêr-o-Peso: venda de comidas típicas
Fonte: Google Imagens (2009)

Por se tratar de um ponto confluyente de vias fluviais e conseqüentemente geograficamente favoráveis, a cidade de Belém ganha atenção internacional. Com isto, não é incomum a vinda de grande número de europeus, principalmente provindos da península ibérica. Entretanto, o contingente indígena era imensamente maior que o europeu. Desta forma, o processo migratório gerou em Belém, não diferentemente das outras capitais brasileiras, um inchaço urbano (SARGES, 2002).

3.5 Crescimento demográfico e desigualdade social

Atualmente tecer reflexões sobre a cidade de Belém remete-nos a considerar sua história, sua ocupação no que refere-se a migração intensa nos anos de 1960 e 80, que resultou assim numa migração hoje de natureza intra-regional, sendo que esta mobilidade populacional ocorreu sem que recursos e planejamentos fossem feitos, gerando assim crescente desordenamento no processo urbanização o que refletiu no desemprego problemas ambientais e sociais.

Nos séculos 19 e 20, Belém do Pará apresentava-se como o centro urbano mais avançado da Amazônia. A partir daí, a capital paraense entrou por três décadas numa fase de hibernação, até em termos demográficos (MITSCHIN, CHAVES E MIRANDA, 2006, p.12).

Segundo Mitschein (2006, p.18) e colaboradores, o crescimento demográfico mais expressivo em Belém aconteceu entre 1950 e 1980, tomando dimensões dramáticas entre 1960 e 1980. Nesses trinta anos, a população residente passou de 399.222 pessoas para quase 1 milhão de habitantes. E essa explosão demográfica estava sendo alimentada, consideravelmente, pelo êxodo rural de microrregiões vizinhas, como a região Bragantina, a região do Baixo Tocantins, Campos do Marajó e região do Salgado (MITSCHHEIN; MIRANDA; PARAENSE, 1989). Tanto a precariedade da infra-estrutura social (saneamento básico, atendimento médico-hospitalar e as condições de educação) quanto a crise, fizeram com que crescentes setores da população rural procurassem alternativas de sobrevivência nas periferias de Belém.

Em 1987, Mitschein, Miranda e Paraense (1989) realizaram uma pesquisa sobre as condições de sobrevivência e as formas de organização social da mão-de-obra marginalizada na periferia urbana de Belém, da qual destacamos os seguintes resultados:

- a. Os moradores entrevistados vinham, em sua maioria, de microrregiões vizinhas, como migrantes paraenses de origem rural;
- b. Os principais motivos migracionais, mencionados pelos entrevistados, eram a procura de trabalho, carências infra-estruturais básicas no lugar de origem, o desejo de encontrar melhores condições de vida e a necessidade de acompanhar familiares que tinham migrado pelas mesmas razões;

O estudo ressalta ainda que o maciço crescimento da periferia de Belém, o inchaço do mercado informal e a favelização do espaço urbano foi gerado por migrantes do interior do Estado que estavam se adaptando aos desafios que a sobrevivência no contexto urbano representava para as camadas sociais de baixa renda, entretanto, um dado importante que a pesquisa mostrou foi que apesar de todas as dificuldades, essas pessoas traziam em sua bagagem normas e valores que diziam respeito à unidade, hierarquia familiar, convivência pacífica e ajuda mútua. Contudo, à época, a violência não foi vista como problema maior.

Mas infelizmente, hoje, quase vinte anos após a pesquisa, o quadro se apresenta de outra forma, sobretudo entre os jovens, influenciados em seus sonhos pelas imagens e valores transmitidos pela mídia, vivem a dura realidade de sobrevivência, as vezes fruto de uma disfunção familiar, o que os leva a garantir a auto-afirmação através de atos violentos. Para os pesquisadores, a violência como expressão do sentimento de impotência diante das condições sociais, é uma realidade entre os jovens de periferia.

Belém é uma cidade de caráter comercial, com poucas indústrias, com um setor ofertante de mão-de-obra terciária. A estrutura produtiva metropolitana tem sido pouco alterada ao longo dos últimos anos. O frágil dinamismo de Belém e a reduzida integração com a estrutura produtiva estadual são também determinados pelo porte relativamente pequeno do mercado local pela carência de força de trabalho qualificada, pelas deficiências de tecnologia e *baixa capacidade* de investimento dos capitais locais (SARGES, 2002).

Outro fator apresentado como conseqüência do intenso processo de urbanização e desenvolvimento, acarretando no indevido inchaço urbano é o aumento considerável da atividade comercial informal, localizada nas vias centrais da cidade. A informalidade iniciada com a recessão econômica nacional do final da década de 1980 torna-se latente (SARGES, 2002).

Devemos ressaltar que na década de 90 diversas possibilidades se abriram ao contexto metropolitano, um elemento importante é que a massa de capitais acumulados em mãos de setores locais vinculados ao grande comércio varejista (supermercados) é expressivo, o que pode possibilitar uma paulatina transição econômica para ramos de acumulação industriais. Destaque-se, ainda, que a maturação dos projetos industriais minero-metalúrgicos reabilitou Belém enquanto entreposto comercial.

Logo, na Região Norte os ganhos após a estabilização são suficientes apenas para retornar ao nível de incidência de pobreza verificado no início da década. Essa

evolução resulta, também, da atração que a região norte exerce sobre os migrantes, apesar da evidente falta de dinamismo econômico.

Esta realidade afeta sem dúvida as relações sociais cotidianas firmadas, onde as famílias ficam mais expostas a determinados fatores de risco, pois precisam obter uma fonte de renda e para tanto acabam por ter que deixar seus filhos grande parte do tempo com vizinhos e/ou parentes próximos. Esta situação acaba ocasionando certo afastamento de seus referenciais materno e paterno, momento em que emergem famílias com laços fragilizados ou em situação de sofrimento por realidades que vivenciam como violências de cunho urbano e/ou doméstica, sexual, psicológica, negligência, maus tratos, atos infracionais, alcoolismo, drogas, prostituição infantil, trabalho infantil passando a compor então um grande cenário e espaço de intervenção pelos serviços institucionais, ONG's existentes e que nem sempre dão conta de abarcar esta demanda.

É importante ressaltar um fator interessante com relação ao aspecto físico-territorial da capital paraense que é constituído por dois-terços de seu território formado por ilhas. A maioria, porém, permanece selvagem e desabitada; outras concentram populações escassas que desenvolvem um ritmo de vida assemelhado ao dos povos da floresta, ou seja, mantêm as características do caboclo paraense.

Quanto a população da cidade de Belém que residem na metrópole, a maioria é de classe pobre, pois não conseguiram fazer parte do mercado formal ficando á margem do processo e conseqüentemente não fazem parte da distribuição de bens produzidos socialmente, o que gera famílias com baixa qualidade de vida e baixa escolaridade, além de ficarem suscetíveis à situações de vulnerabilidade social, pois englobam um número elevado de trabalhadores que fazem parte de um mercado informal de mão de obra barata, residindo em áreas insalubres em condições precárias, áreas alagadas sujeitos a todo tipo de doenças, além do que aumentam o número de áreas de invasão em bairros considerados periféricos (AMARAL, 2007).

Mitschein, Chaves e Miranda (2006, p.46 e 47) fazem referência a um estudo levantado em 2005, em Belém, em bairros periféricos de Belém (Terra Firme,

Guamá, Benguí e Ilha do Outeiro), que revelou o perfil dos agressores em Belém, na faixa de 0 a 24 anos e chegou ao seguinte resultado:

- Dentre a faixa etária de 0 a 24 anos, os agressores de Belém estão na faixa de 18 a 24 anos;
- A maioria é do sexo masculino (para cada 10 agressores 8 são homens);
- A maioria dos agressores são solteiros.

Conforme mostra as tabelas abaixo:

Sexo	%
Masculino	81,5
Feminino	18,4
Não Informado	0,1
Total	100,0

Tabela 01: Agressores por sexo

Fonte: Delegacia de Polícia do Pará / CPC Renato Chaves

Estado Civil	%
Solteiro	60,9
Casado	23,9
Amigado	5,6
Divorciado	0,4
Viúvo	0,2
Total	100,0

Tabela 02: Agressores por estado civil

Fonte: Delegacia de Polícia do Pará / CPC Renato Chaves

Faixa Etária	%
18 a 24 anos	67,0
25 a 29 anos	13,3
30 a 39 anos	8,2
13 a 17 anos	7,2
40 a 49 anos	2,9
50 a 59 anos	0,8
Mais de 60 anos	0,3
10 a 12 anos	0,3
0 a 9 anos	0,1
Total	100,0

Tabela 02: Agressores por faixa etária

Fonte: Delegacia de Polícia do Pará / CPC Renato Chaves

A pesquisa retrata ainda que grande parte exerça atividades profissionais de baixa qualificação (braçal, ajudante de pedreiro, ambulante) ou está sem profissão trabalho ou sem trabalho. Têm baixo nível educacional e dispõem de renda mínima, conforme demonstra a tabela abaixo:

Ocupação	%
Sem profissão	8,0
Desempregado	5,1
Braçal	4,9
Ajudante de pedreiro	4,9
Pedreiro	4,6
Estudante	4,2
Ambulante	3,6
Servente	3,6
Autônomo	3,3
Do lar	2,7
Feirante	2,6
Motorista	2,5
Vendedor	2,5
Mecânico	2,3
Doméstica	2,1
Vigilante	1,8
Comerciante	1,7
Servente de pedreiro	1,4

Pintor	1,3
Serviços gerais	1,2
Taxista	1,2
Policial	1,1
Outros	10,4
Total	100,0

Tabela 02: Agressores por ocupação

Fonte: Delegacia de Polícia do Pará / CPC Renato Chaves

É de consenso generalizado nos estudos urbanos o fato de que quando se fala de segregação urbana, se emprega o termo para qualificar as formas mais evidentes da divisão social do espaço urbano. A cidade é a configuração socioespacial que corresponde às formas mais manifestas desta diferenciação das atividades e dos indivíduos.

Nos mapas a seguir apresentamos os bairros onde moram os informantes do estudo.

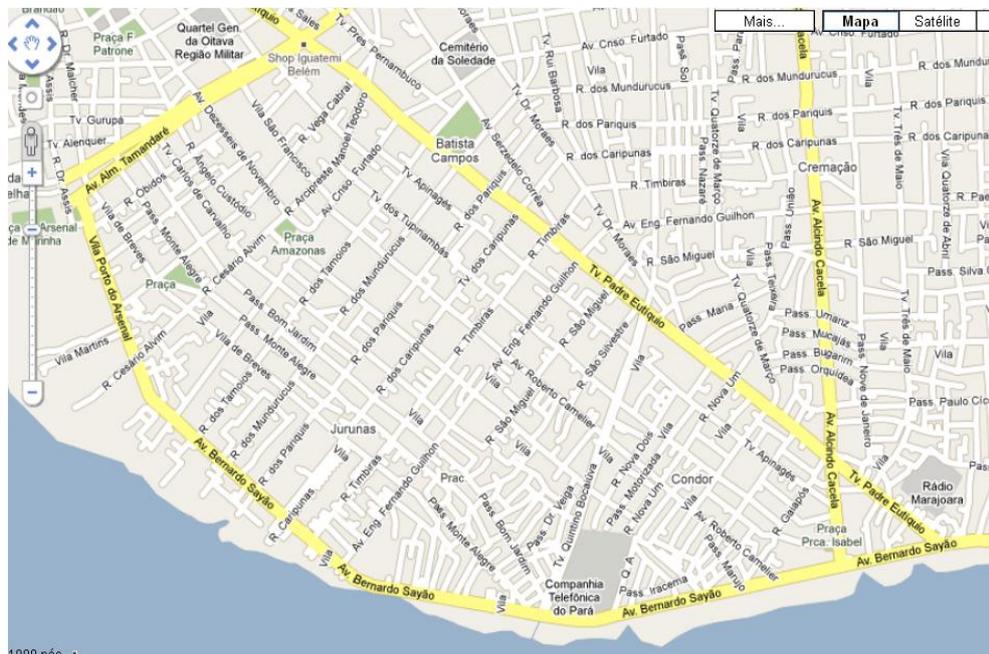


Figura nº13: Bairro: Jurunas (Família 01)

Fonte: Google Imagens (2009)

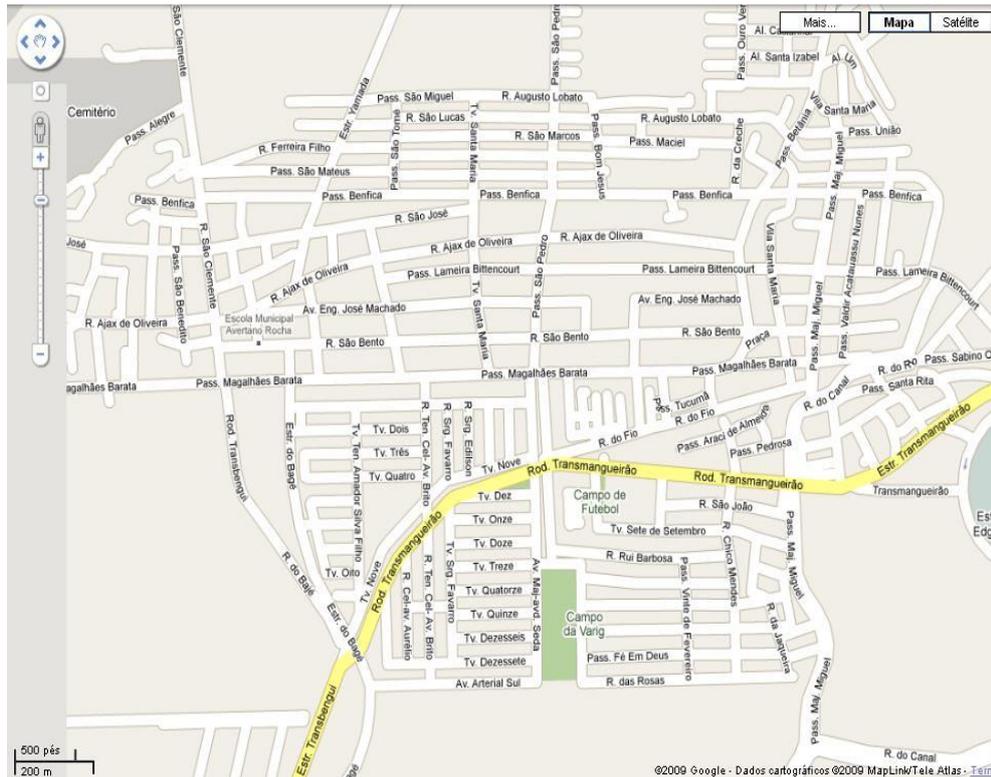


Figura nº14: Bairro: Benguí (Família 02)
Fonte: Google Imagens (2009)

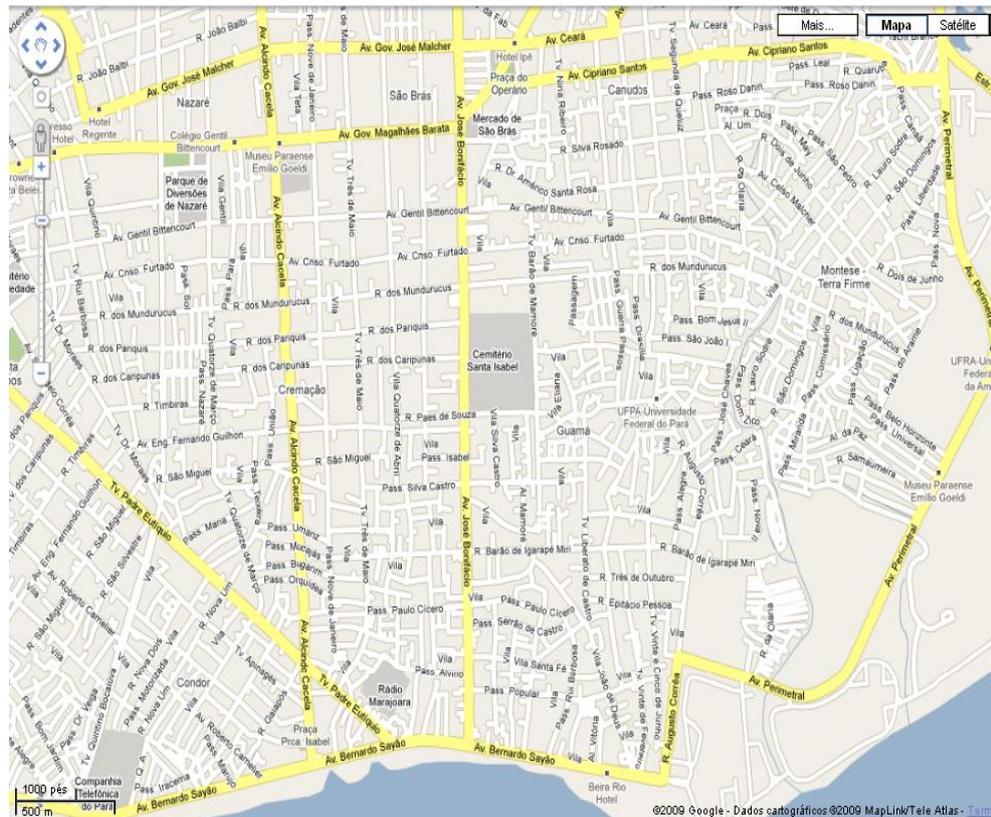


Figura nº15: Bairro: Guamá (Família 03)
Fonte: Google Imagens (2009)

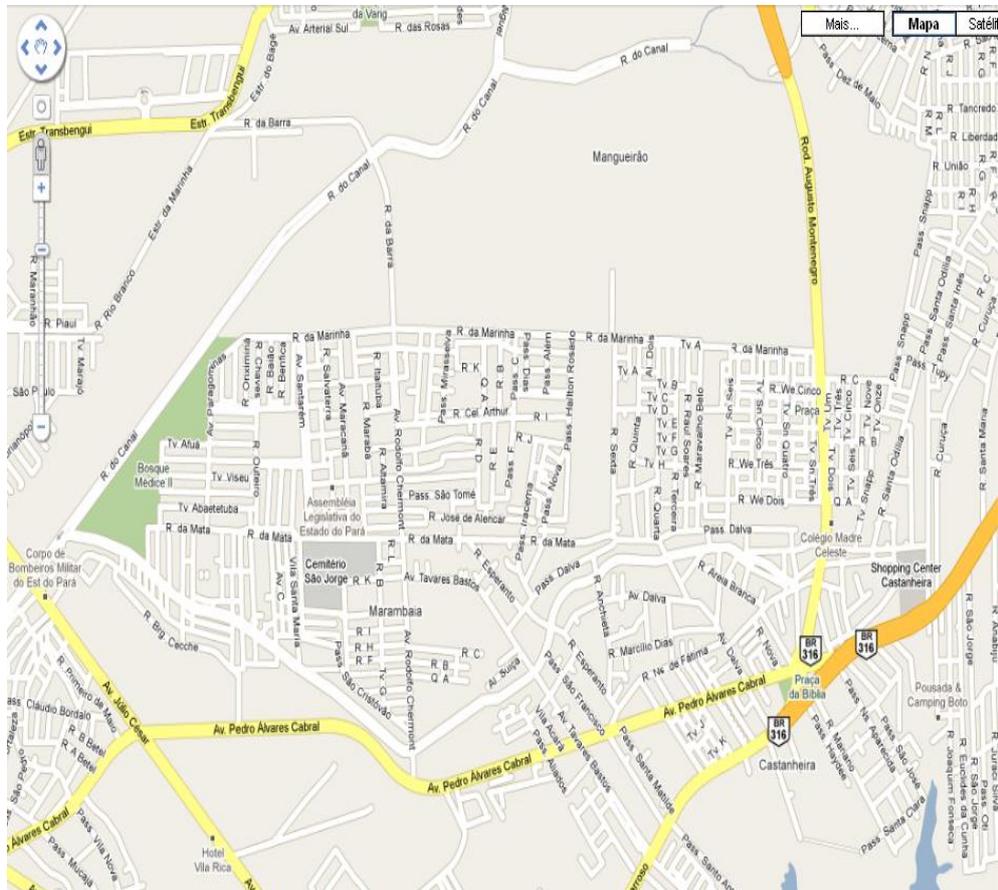


Figura nº16: Bairro: Marambaia (Família 04)
Fonte: Google Imagens (2009)

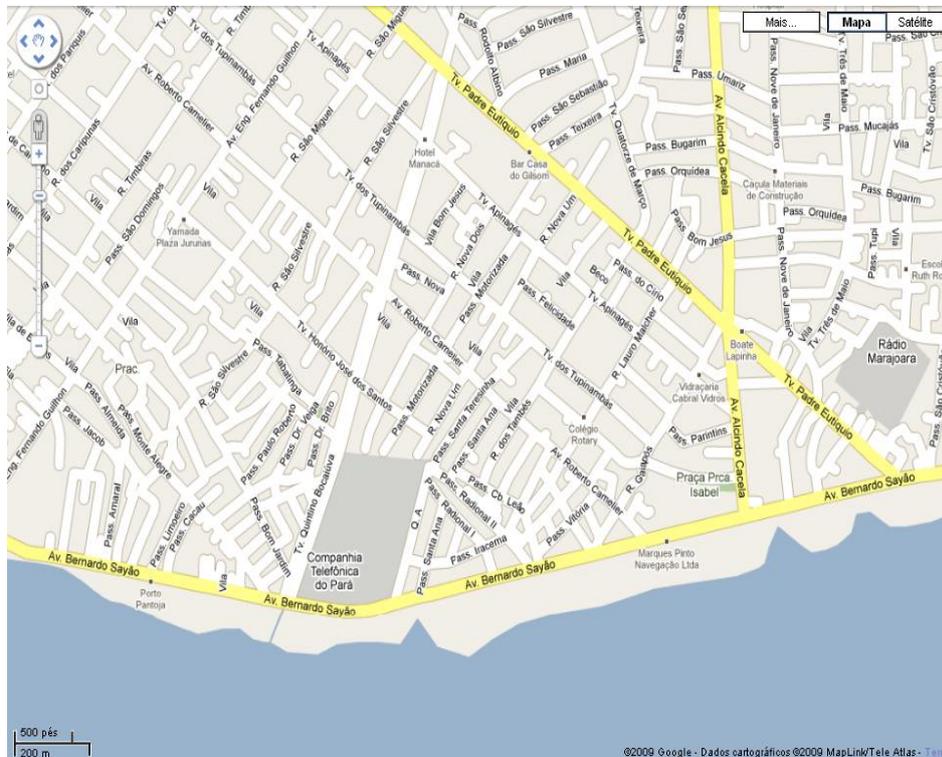


Figura nº17: Bairro: Condor (Família 05)
Fonte: Google Imagens (2009)

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 As famílias: genograma e ecomapa

Sobre as famílias, Danda Prado (1985) lançou o clássico “O que é Família”, com temas ainda hoje bastante atuais. A autora ao apresentar seu conceito de família e os tipos de famílias existentes, mostrou, naquela época, algo que constatamos durante nosso estudo realizado em 2009, século XXI. Quando iniciamos as visitas, percebemos que a família convencional “cristã”, monogâmica, com filhos saudáveis, alegres e socializados [segundo o pensamento tradicional das pessoas e as empresas de publicidade] não existe, senão como referência mais teórica do que cotidiana.

Com isso, queremos dizer que através do Genograma, e do Ecomapa que construímos verificamos que uma boa parte das famílias vive em um caos social que parece desintegrador aos nossos olhos. Sobre isso, Durckheim já discutia e dava a denominação de “Anomia”. Contudo, é importante observar que esse olhar sobre essas famílias é a partir de uma realidade diferente que nós enquanto pesquisadora vivemos, seja do ponto de vista social, quanto do ponto de vista acadêmico.

O Genograma e o Ecomapa são aceitos por diversos autores como valiosos instrumentos de coleta de dados para a compreensão dos processos familiares, tanto nas suas estruturas internas como externas. Esses dois instrumentos mostram o desenvolvimento e formato da estrutura da família, fornecem informações sobre o contexto de vida da família, por isso são freqüentemente associados.

Segundo Holman (1983 apud AGOSTINHO, 2007) o ecomapa foi desenvolvido em 1975 por Ann Hartman, para ajudar as Assistentes Sociais do serviço público dos EUA no seu trabalho com famílias problema. O ecomapa fornece uma visão ampliada da família, desenhando a estrutura de sustentação e retratando a ligação entre a família e o mundo (ROSS, 1990 apud MELO, 2005). Esse instrumento conecta as circunstâncias ao meio ambiente e mostra o vínculo entre os membros da família e os recursos comunitários (ANDERSON, 1992 apud MELO, 2005). É um diagrama das relações entre a família e a comunidade e ajuda a avaliar

os apoios e suportes disponíveis e sua utilização pela família (ROCHA, 2002 apud MELO, 2005). O instrumento possui um formato que permite considerá-lo como uma representação das relações com o supra-sistema, ou seja, com outras pessoas e com instituições do contexto da família, permitindo uma “fotografia” das principais relações que a família tem com o ambiente (BOUSSO, 2001 apud MELO, 2005).

O genograma é a elaboração da árvore da família, uma prática antiga que vem, recentemente, sendo usada como uma técnica de avaliação clínica das famílias. O desenvolvimento do genograma envolve um processo complexo, no qual a entrevista é uma parte significativa e a comunicação que ocorre entre o profissional e a família pode ser entendida como um processo envolvendo interação social, recuperação de memórias e desenvolvimento próprio. “Ele fornece informações demográficas, de posição funcional, recursos e acontecimentos críticos na dinâmica familiar” (MELO, 2005 APUD HERTH, 1989, p. 45).

Anderson Melo (1992 apud MELO, 2005, p. 28) diz que “durante a construção do genograma, a família é envolvida ativamente, relatando a história de sua origem, as particularidades dos seus membros, os acontecimentos significativos de suas histórias e as condições de saúde da família”.

Nos históricos a seguir estão a descrição do viver familiar de cinco famílias com casos de crianças e adolescentes em situação de risco, por vezes, histórias de descaso e negligência do poder público que terminam por levar a um círculo vicioso de muitas outras violências que passam de geração a geração.

Família 01.

Identificação:

Tipo de Violência Registrada na Defensoria: Negligência

Localização: Bairro do Jurunas – Belém/Pa.

Entrevistados: L.M.C. (1ª visita) e M. (2ª visita)

Adolescentes: E.C.P.(14 anos), E.M.C.(13 anos)

Crianças: J.M.C.T.(10 anos), M.C.T.(8 anos), M.C.T.(7 anos) e L.C.T.(3 anos)

Histórico:

Em função da situação de drogadição da mãe biológica das crianças e dos adolescentes, a família está dividida. O pai dos adolescentes (primeiro matrimônio da mãe biológica em questão) hoje é presidiário, porém sempre mantém contato. Após a separação, a mãe biológica em questão constituiu nova união. Deste segundo relacionamento nasceram quatro crianças. Depois de alguns anos, por conta de desentendimentos do casal, a mãe em questão passou a consumir drogas e abandonou a família. Com a separação, as crianças de 8 e 7 anos ficaram com a tia materna (entrevistada), enquanto que as crianças de 10 e 3 anos ficaram com o pai biológico, porém sob os cuidados dos avós paternos. Durante as visitas domiciliares não tivemos contato com a mãe das crianças, devido o endereço da mesma ser incerto. Entretanto, em certo momento, esta nos procurou. Estava lúcida, acompanhada do pai das crianças, dizendo que gostaria muito de submeter-se a um tratamento e recuperar seus filhos. Foi encaminhada, mas segundo relato da irmã deixou de freqüentar.

Visita de Reconhecimento 01:

A entrevistada (L.M.C.) é tia materna das crianças e dos adolescentes e pretende a guarda judicial dos mesmos. Tem uma filha natural do primeiro matrimônio e hoje vive maritalmente com outro homem. Reside na mesma casa de sua mãe biológica (avó materna das crianças / adolescentes) onde moram os dois adolescentes e as crianças de 7 e 8 anos. A entrevistada declara que sempre cuidou dos adolescentes em questão desde o nascimento, uma vez que os pais ainda eram adolescentes quando os filhos começaram a nascer. Estes são filhos do primeiro relacionamento da irmã.

Nesta 1ª visita, não encontramos a mãe biológica em casa. O acesso à casa é bom, com asfaltamento, porém muito recomendado por moradores da área que não prosseguíssemos no caminho de acesso à residência. Resolvemos continuar. Já era por volta das 10h da manhã quando conseguimos chegar ao local indicado na ficha de atendimento. O tempo estava bom, sem chuva, apesar de muito quente com

sol forte. A casa estava totalmente fechada. Batemos, insistimos e, depois de algum tempo, fomos atendidos. Era visível que as crianças e a entrevistada estavam dormindo.

A entrevistada veio nos receber justificando-se que mantém uma venda de bebidas em casa e que, por conta das férias escolares das crianças, resolveu ficar um pouco mais na cama. As crianças foram acordando e se dirigindo à sala com trajes de dormir. Começamos a conversar a respeito. Tanto as crianças quanto aos adolescentes descrevem momentos de agressão do casal em decorrência da situação drogadícia da mãe e declaram que sentem a falta dos irmãos. Todos apresentam aspectos de bons tratos, bom desenvolvimento motor e excelente socialização. Apenas M.C.T. (7 anos) apresenta problemas na fala, com tendência a se auto-machucar com mordidas.

Observa-se em suas gesticulações e comportamentos, certo grau de carência afetiva quando relatam que gostariam que os pais voltassem a morar juntos, que gostam muito de brincar com o irmão de 10 anos que estuda na mesma escola, mas que só se vêem na escola, por conta daquele morar com o pai e os avós paternos (em casa separada).

Podemos observar que a matriarca da casa (mãe biológica da mãe em questão) tem dificuldade de aceitar a situação de vício da filha e tenta camuflar a verdade dizendo que aquela já usou drogas, mas que hoje leva uma vida normal. Tentamos fazer uma sensibilização com a mesma, explicando que a droga é uma dependência química, no intuito de que ela pudesse ajudar a filha a procurar ajuda, mas a resistência nos pareceu muito forte para aquele primeiro contato.

Visita de Reconhecimento 02:

O pai biológico das crianças tem consciência dos fatos, mas diz que faria tudo para salvar a ex-companheira das drogas e reconstituir sua família. Essas informações foram obtidas quando fizemos a visita domiciliar na casa do pai biológico das crianças. Chovia muito, estávamos no carro oficial e paramos na

frente da casa. A casa (bastante humilde) estava toda fechada. Buzinamos, mas não apareceu ninguém, então ficamos algum tempo com o carro parado aguardando que a chuva estivesse, foi quando me chamou atenção uma vizinha da casa em frente acenando com a mão. Sem entender muito bem, continuamos aguardando. Foi então que esta vizinha se dirigiu até o carro e nos alertou dizendo: “saíam daqui, vocês vão ser assaltados”. Apavorada, falei a ela que estávamos procurando a dona da casa em frente. Ela bateu na casa, chamou os moradores e foi dessa forma que chegamos ao pai biológico das crianças.

Na casa, moram o pai, os avós paternos, a criança J. M. C. T (10 anos) e dois adolescentes (14 anos - menino e 12 anos - menina), filhos da primeira união do pai em questão. A família relata a negligência da mãe em questão. O pai reforça que gostaria muito que a mesma se livrasse das drogas e recuperassem a família. Com a situação, os irmãos estão separados. A mãe, por vezes, tira as crianças da casa de sua mãe onde vivem e os leva para o convívio de pessoas viciadas, colocando-as em situação de risco. Segundo o entrevistado, a mãe é agressiva e obriga sua genitora a dar-lhe dinheiro para o consumo das drogas.

Por conta do trabalho do pai em outro município (Barcarena) e o paradeiro desconhecido da mãe, a criança fica sob total responsabilidade da avó paterna, inclusive de levar e buscar na escola. J.M.C.T. (10 anos) não freqüentava a escola enquanto morava com seus pais biológicos. Verbaliza que gosta de ir à escola, gosta de sua professora, de seus colegas e que vê os irmãos apenas na escola, onde brincam e se divertem juntos, mas que não faz visitas domiciliares aos irmãos. Que também não gostaria de morar na casa da avó materna, onde estão seus demais irmãos e que gosta de morar com sua avó paterna, entretanto, quando perguntado se gostaria de morar junto com seus irmãos, a criança baixa a cabeça, uni as mãos entrelaçando os dedos e balança a cabeça positivamente.

Família 02

Identificação:

Tipo de Violência: Física

Localização: Bairro do Benguí – Belém/ PA.

Entrevistados: D. S. M. e S. B. R. S. (tios maternos)

Criança: C. V. S. M. (04 anos)

Histórico :

Com a morte da mãe biológica, a criança ficou morando com o suposto pai (não registrou a criança), a avó paterna e o companheiro da mesma. Segundo denúncias, o companheiro da avó paterna viria agredindo fisicamente a criança frequentemente. A criança foi abrigada pelo conselho tutelar e a entrevistada procurou a Defensoria Pública para tentar a guarda.

Visita de Reconhecimento 01:

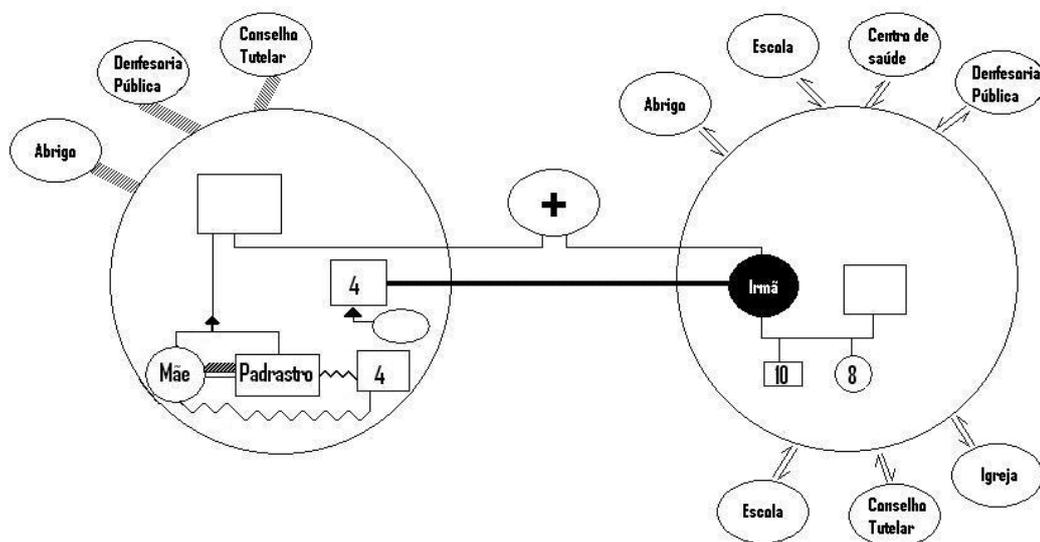
O local é de difícil acesso. A criança não se encontrava mais na casa, pois já havia sido recolhida pelo abrigo. Não houve boa receptividade da equipe por parte das pessoas da casa, que demonstraram-se ofendidas com o ocorrido, até de forma grosseira, entretanto, também não se percebeu muita inclinação da família na disputa de guarda da criança. Na oportunidade, percebeu-se a falta de laços afetivos da família com a criança. Foi solicitado exame de paternidade.

Visita de Reconhecimento 02:

A segunda visita foi feita na casa da tia materna que pretende a guarda da criança. As duas residências ficam na mesma área. A entrevistada tem feito visitas regulares à criança no abrigo, apresentou bom equilíbrio emocional na conversa com a equipe. Tem família constituída e demonstra preocupação com a criança devido a situação tanto de negligência (descuido da emissão de registro de nascimento), quanto de violência física que supostamente a criança passava.

Visita de Reconhecimento 03:

A terceira visita foi feita no próprio abrigo, quando pode-se observar que a criança apresenta comportamento arreadio, triste e carente. Nossa prioridade é tirar a criança do abrigo, desde que em segurança para que seja garantido o convívio familiar e comunitário.



Legenda:

- | | | | |
|--|-----------------------------|--|-----------------|
| | : Fortes Vínculos afetivos | | : Falecida |
| | : Frágil | | : Reciprocidade |
| | : Conflito | | : Homem |
| | : União estável | | : Mulher |
| | : União estável conflituosa | | |
| | : Com quem reside | | |
| | : Abrigo | | |

Figura 19: Genograma família 02
Fonte: autora (2009)

Família 03

Tipo de violência : Sexual

Localização : Guamá

Entrevistada: A.C.B.S.

Criança: A.C.B.S.P. (4 anos)

Histórico :

Em 2006 a criança foi violentada sexualmente pelo pai biológico. A mãe procurou a Defensoria Pública e iniciou o processo, ficando comprovada a violência sexual. Na sequência, a pedido da mãe, se deu início ao processo de destituição do poder familiar, mas a mãe muito angustiada, retirou o processo da Defensoria Pública por entender que a tramitação estava muito lenta. A partir de então passou a ser atendida por advogados particulares. Em julho de 2009, a mesma voltou a procurar a instituição por não poder continuar arcando com os honorários do profissional e com as custas do processo.

Visita de Reconhecimento :

Por conta da fragilidade psicológica da mãe da criança, o atendimento foi feito nas dependências da Defensoria. Após a descoberta do ocorrido, houve a separação do casal e a mãe retornou com a criança para a residência de sua genitora, onde moram ainda os pais e um irmão da mãe da criança.

Mesmo após três anos, a entrevistada ainda tem muitas dificuldades de falar do ocorrido. Chora muito e continua no acompanhamento psicológico. Também tivemos contato com a criança, que aparenta bons tratos, usa cores alegres em seus desenhos, que sempre aparecem com uma casa, um sol e ela sempre junto de sua mãe. A imagem do pai nunca aparece. Apesar de apresentar boa socialização, a mãe relata que, por vezes, a criança acorda assustada.

Família 04

Tipo de Violência : Sexual (suspeita)

Localização : Bairro da Marambaia – Belém/Pa.

Entrevistadas: D.L.S. (1ª visita) e O.S.N. (2ª visita)

Criança : A.S.L. (08 anos)

Histórico

Com a separação dos pais e a mudança da mãe biológica para o exterior, a criança ficou morando com o pai biológico. Ocorre que o mesmo não tem familiares em Belém e não tem renda fixa. A priori, levava a criança para efetuar vendas em ônibus e vias públicas. O conselho tutelar foi acionado e o pai foi advertido, parando com a prática das vendas. Posteriormente, oferecia uma vida exaustiva à criança, deixando-a muito cedo na casa de uma conhecida e buscando-a muito tarde, desregulando os horários da criança em desenvolvimento. Após denúncia do abuso sexual do pai para com a criança, o conselho tutelar fez a abordagem. Encontrando situação suspeita, abrigou a criança para apuração dos fatos.

Visita de Reconhecimento 01 :

A primeira visita domiciliar foi na casa da família natural da mãe biológica da criança em questão, onde encontrava-se a tia-avó materna e duas crianças. A casa é localizada em lugar de bom acesso, com rua asfaltada, apresentando boa estrutura em alvenaria e vários cômodos.

A entrevistada relata que a mãe e a criança em questão passaram a morar em sua casa após o falecimento da avó materna da criança (irmã da entrevistada), morte esta que a criança presenciou. Depois de algum tempo, a mãe biológica da criança foi morar no exterior, deixando-a com o pai. Entretanto, percebeu-se a falta de interesse da tia-avó materna em assumir a guarda da criança. Na oportunidade da visita percebeu-se ainda a falta de limites na educação das crianças que se encontravam naquela residência, uma vez que, por volta de 11h00 duas crianças em

idade escolar ainda estavam dormindo. Perguntado a ela o horário da escola das mesmas, ela respondeu: “só a tarde, porque elas gostam de dormir muito e a mãe delas trabalha o dia todo”.

Visita de Reconhecimento 02

A entrevistada é avó paterna da irmã materna da criança em questão (filhas de pais diferentes). As residências são relativamente próximas, localizando-se ainda no mesmo bairro. O acesso da residência é bom, assim como a casa, que tem estrutura em alvenaria, clara, arejada e com vários cômodos.

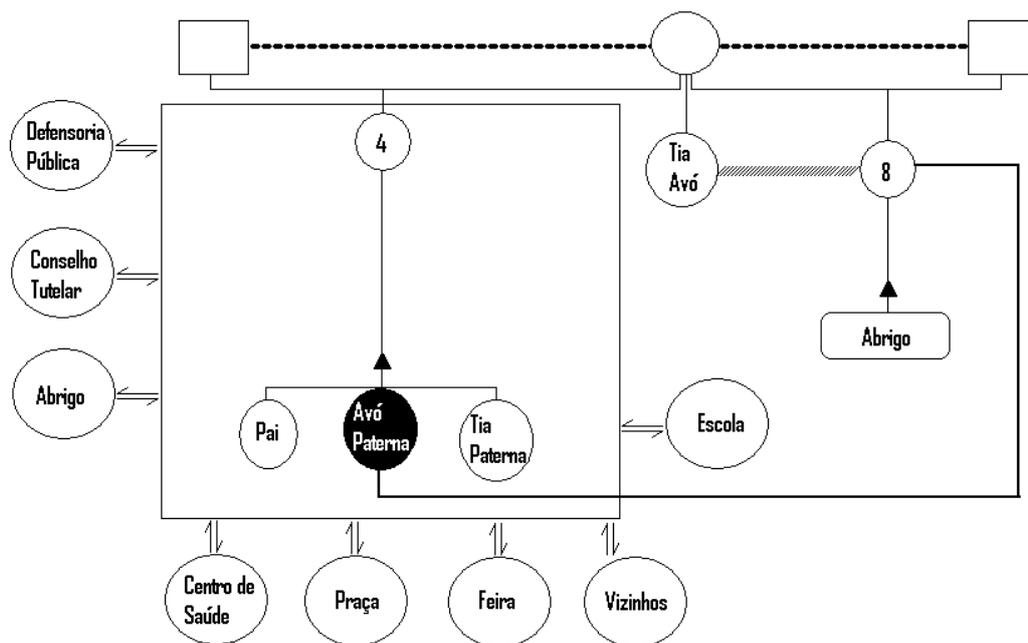
Já num primeiro contato com a entrevistada percebeu-se a preocupação com a criança e houve manifestação de interesse pela guarda. A mesma relata que por vezes a criança costumava passar final de semana em sua casa para maior convívio com a irmã (04 anos). Em determinado momento, a criança de 4 anos comentou com a avó que a irmã dissera que sua genitália estaria ardendo, entretanto pediu que a irmã não contasse a ninguém alegando que “gente grande não sabe guardar segredo”. A entrevistada denunciou a suspeita. O Conselho Tutelar fez a abordagem na residência e encontrou o suspeito sem roupas e dormindo na mesma cama que a criança. A criança foi abrigada, porém negou-se a fazer o exame, o que impediu a comprovação do abuso sexual.

A entrevistada relata ainda a forma insinuante que o pai se aproxima da filha, os beijos e as conversas. Que as roupas que são compradas pela entrevistada com recursos que a mãe biológica envia do exterior, desaparecem. E que quando a criança aparece novamente para visitar a irmã, veste roupas íntimas insinuantes que o pai compra para o uso da criança.

Visita de Reconhecimento nº 03

A 3ª visita foi realizada no abrigo em que a criança se encontra. Na visita ao abrigo, a criança demonstra interesse em ficar na casa da irmã e que quer ser cuidada pela Srª O.S.N. Diz que gosta do pai, mas que não gostaria de voltar a

morar com ele. Quando perguntado se ele a tocou, ela responde “você perguntam muito”. Com o passar da manhã, percebemos que a mesma já começara a estabelecer vínculos de confiança com a equipe, sempre pedindo para ficarmos mais um pouco em sua companhia, segurando insistentemente a mão da psicóloga, deixando transparecer que ainda gostaria de falar algo.



Legenda:

- : Separação
- //// : Relação Frágil
- : Fortes vínculos afetivos
- ⇄ : Reciprocidade
- : Homem
- : Mulher
- ▲ : Com quem reside

Figura 21: Genograma família 04
Fonte: autora (2009)

Família 05

Localização: Bairro da Condor – Belém/Pa.

Tipo de Violência : Psicológica

Entrevistada : M.J.M.R.

Adolescente : A.J.O.I.J. (12 anos)

A entrevistada é mãe biológica do adolescente.

Neste caso não foi feita visita familiar devido a alguns problemas institucionais com transporte. Os atendimentos foram feitos nas próprias dependências da Defensoria Pública.

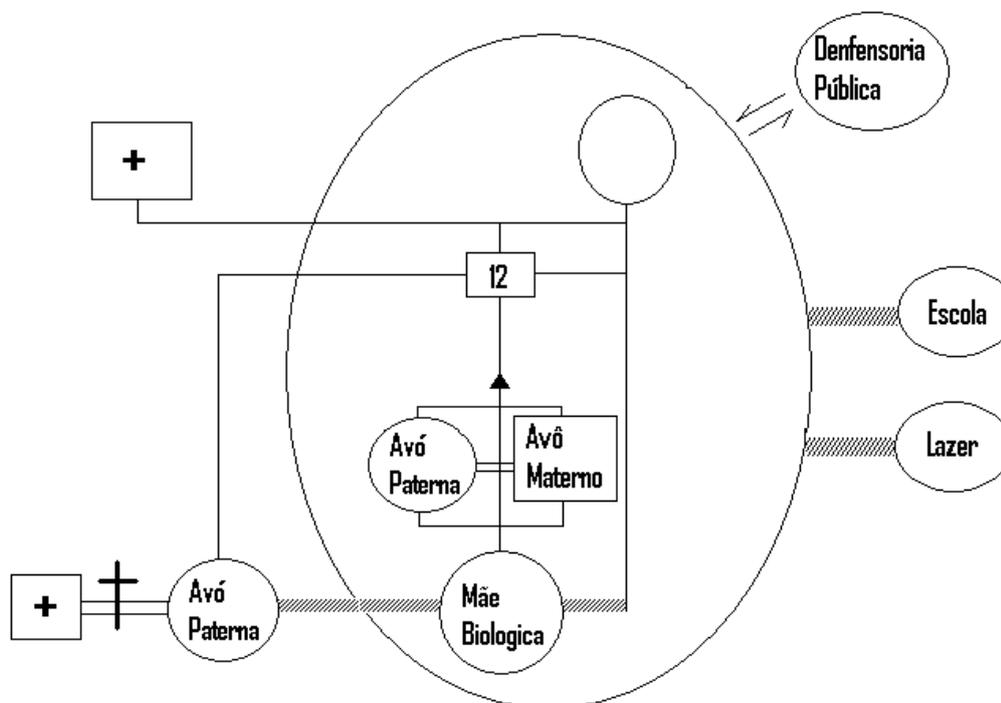
Quando a mãe engravidou passou a morar na casa dos sogros, porém logo após o nascimento do bebê, o pai biológico veio a falecer. Então, retornou para casa de seus pais com a criança e permaneceu mantendo contato com os sogros, que mostravam muito interesse pelo bem estar da criança, entretanto verbaliza que sempre se sentiu fiscalizada por conta da pensão que ficou recebendo do marido.

Cinco anos depois, o avô paterno da criança veio a falecer. Com a perda do filho e do marido, a avó paterna voltou toda atenção à criança em questão, gerando conflitos com a mãe. Passou a incentivar o adolescente a questionamentos sobre a pensão deixada pelo pai, assim como oferecer vida de luxúria ao mesmo no intuito de conseguir sua guarda.

Os conflitos entre o adolescente e a mãe foram se intensificando, chegando ao ponto em que a mãe, perdendo o controle, jogou os pertences pessoais do adolescente na garagem da casa e ordenando que fosse embora com a avó. Esta última, aproveitando-se da ocasião de descontrole da mãe, chamou o conselho tutelar, que autorizou a avó a ficar o final de semana com o adolescente, porém a avó viajou para outro município levando o adolescente consigo, sem autorização da mãe biológica, que está fragilizada com a suposta possibilidade de perder o único filho.

No atendimento, foi observado que apesar do adolescente manifestar interesse em morar com a avó, apresenta reflexos dessa pressão psicológica que as duas partes desenvolvem no adolescente, como: abalo emocional, agressividade, orientação sexual indecisa, baixa-estima, aparência de maus-tratos e desleixo com o corpo, obesidade, comprometimento na fala, tendência a se auto-machucar, nervosismo, falta de concentração, tristeza, desinteresse pela vida escolar e prejuízos nas fases da infância.

Cabe ressaltar que não houve abertura de processo judicial para esta situação, pois no atendimento, foi feita a sensibilização com as partes no que diz respeito à condição do adolescente como pessoa em desenvolvimento, assim como colocado da importância do mesmo se desenvolver no seio familiar. Ainda estamos realizando acompanhamento periódico na tentativa da convivência pacífica entre as partes, visando o bom desenvolvimento integral do adolescente.



Legenda:



Figura 22: Genograma família 05

Fonte: autora (2009)

4.2 Algumas considerações teóricas acerca das situações encontradas

No que tange à negligência materna, Lisboa (p.41) chama atenção para a “Privação Materna” e diz que “é um fator determinante para a saúde mental da criança”. Para ele, a privação materna ocorre quando, com ou sem a presença da mãe, a criança não encontra relação amorosa e segura, ou seja, sem a mãe biológica ou alguém que cuide dela de uma forma pessoal dando-lhe atenção, carinho e segurança, surgirão os sinais de privação. Para o autor, a privação materna pode produzir danos graves na formação da personalidade, podendo a criança se tornar “um indivíduo sem nenhum sentimento verdadeiro e incapaz de estabelecer relações afetivas e leais com outras pessoas”.

Para o autor, “os cuidados parentais que as crianças recebem nos primeiros anos de vida, desde a concepção, é de fundamental importância para sua saúde mental futura. É necessário que elas tenham a vivência de uma relação íntima, contínua, gostosa com suas mães biológicas ou substitutas, para o desenvolvimento do apego. Reforça ainda (p.37) que “aos três anos de idade, a criança já terá passado por vivências marcantes que irão contribuir para a formação de sua auto-imagem. Aos seis anos, “já terão sua personalidade estruturada”.

Para Ricotta (1993, p.52) a rejeição afetiva é de difícil detecção e merece uma intervenção positiva contínua para minimizar o peso doloroso e subjetivo resultante de sua experiência na infância e na adolescência, quando diz “é necessário muito reforço positivo para que se possa transformar na pessoa a crença de que ela é um ser carente e que não pode construir um mundo gratificante para si”. E continua, “há

registros em que crianças e adolescentes marcados pela rejeição, somados à depreciação, desvalorização e agressividade, tornam-se pessoa propensa à condição de submissão à violência”.

Minayo (2006, pag.82) apresenta uma classificação para a Natureza da Violência, onde diz que “a violência física é o uso da força para produzir injúrias, feridas, dor ou incapacidade em outrem”. Para Minayo (2006, pag.88) as crianças são as maiores vítimas de maus-tratos e abusos, pois, a raiva, os ressentimentos, as impaciências e as emoções negativas dos outros membros as atingem como se elas fossem válvulas de escape. Que sua fragilidade física e de personalidade as torna alvos fáceis do poder dos adultos. A autora ressalta ainda (2006, pag.89) que a punição física pode estar relacionada à delinqüência, por conta de sentimentos ambíguos, confusos ou vingativos que são gerados, como angústia, raiva, ansiedade, medo, terror, ódio e hostilidade.

Lisbôa (2007, p.54) corrobora esse comportamento silencioso da criança quando diz que os pedófilos costumam ter uma forma padrão de agir. Primeiro, buscam oportunidades para aproximar-se da criança quando ela está sozinha. Depois, procuram angariar sua confiança, valendo-se de subornos, prometendo recompensá-la caso ela coopere para realizar seus desejos, ou usando de ameaças se houver recusa. Começam com carícias, seguidas de atos libidinosos que podem ou não culminar em ato sexual. Terminam pedindo segredo e, se necessário, fazem ameaças à criança para que não os denuncie.

O maior dano que essa prática causa é na mente da criança, que é invadida por concretização das fantasias sexuais próprias da infância e que deveriam permanecer em seu imaginário. Essa concretização precoce destas fantasias pode explicar a evolução de abusado para abusador, uma vez que a criança pode ficar aprisionada nessa prática infantil do sexo e nas suas numerosas implicações psicológica doentias, apenas mudando de lado quando se torna adulto, permanecendo assim na cena sexual infantil traumática.

A criança vítima sofre profundamente com medo, culpa e remorso, pois quem pratica o abuso é uma pessoa que ela ama. A respeito disso, Padilha (2002) diz que:

O abuso está ligado a uma relação de poder. É geralmente cometido por alguém que deveria cuidar, mas usa o seu papel familiar ou social para ultrapassar limites e abusar de uma pessoa a quem deveria proteger, e que está reconhecidamente colocada numa situação de desigualdade de empoderamento. (PADILHA, 2002, p.215)

Ariès (2006, pág.75) faz relatos de comportamentos sociais no século XVI, onde era comum a criança ser estimulada sexualmente pelo toque em seus órgãos sexuais, a deitar-se com adultos e até mesmo ao casamento infantil. Entretanto, hoje sabemos que a infância é uma fase de estruturação bio-psico-social é que o abuso sexual traz graves danos físicos, afetivos e morais.

Com relação ao perfil do abusador, Roselli-Cruz (2005, p.81) alerta que :

A literatura científica e a crônica policial demonstram que não existe o perfil do abusador sexual. Ou seja, qualquer pessoa pode ser um abusador sexual. Temos encontrado (...), como abusadores sexuais, pais, mães, padrastos, irmãos, tios, primos, sobrinhos, atletas, padres, bispos, médicos, professores, vereadores, deputados, prefeitos, juízes, policiais, delegados de polícia, empresários, funcionários, desempregados. Encontramos pessoas sem formação escolar e também aquelas com pós-graduação no exterior. Há pessoas sem nenhum credo religioso e há também aquelas das mais variadas opções religiosas. A ciência ainda não conseguiu descrever um perfil com as características de um abusador sexual. Eles podem ser de qualquer idade, sexo, profissão, religião, nacionalidade, classe social ou nível intelectual. Em termos de diagnóstico, podem ser enquadrados como portadores de pedofilia ou ainda, dependendo da situação e da história clínica, como psicopatas, entre outras psicopatologias (Roselli-Cruz, 2005, p. 81).

Sobre a violência e o abuso psicológico, Minayo (2006, p.90), esclarece:

“A violência psicológica ocorre quando os adultos sistematicamente depreciam as crianças, bloqueiam seus esforços de auto-estima e as ameaçam de abandono e crueldade. Essa forma de relacionamento, também difícil de ser quantificada, provoca grandes prejuízos à

formação da identidade, da subjetividade, gerando pessoas medrosas ou agressivas e que, dificilmente, aportarão à sociedade todo o potencial que poderiam desenvolver. Essa forma de abuso passa pela forma cultural com que os pais e adultos concebem as crianças e os adolescentes, considerando-os sua posse exclusiva e acreditando que humilhá-los é a melhor forma de educar”. Já o abuso psicológico freqüentemente está associado a distúrbios do crescimento e do desenvolvimento psicomotor, intelectual e social. “Um ambiente de dominação e humilhação pode potencializar sintomas de agressividade, passividade, hiperatividade, depressão e baixa estima; ou ainda, aumentar, nos jovens, as dificuldades de lidar com a sexualidade”.

No contato com as famílias, observou-se o quanto estas depositam esperanças de ajuda nos profissionais da Defensoria Pública para a solução de suas problemáticas. Por vezes, nos procuravam não só para falar ou tratar daquela situação em foco, mas simplesmente para serem ouvidas, pedir alguma opinião ou ouvir uma palavra de conforto, o que nos reforçou ainda mais a certeza que não podemos ficar apenas no atendimento superficial, esperando que a família nos procure e sim, ir em busca para inclusive refletir sobre as bases do problema que está destruindo aquele núcleo familiar, só assim podemos tentar evitar que novas situações de violência venham a ocorrer naquela família.

4.3 O programa sócio-educativo com os adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa na Defensoria Pública do Pará

O programa é fruto de uma parceria da Defensoria Pública do Pará com a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA) para recebimento de 25 (vinte e cinco) adolescentes em cumprimento da Medida Educativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Os adolescentes contemplados apresentam perfil compatível com a medida e foram distribuídos nos setores da Defensoria Pública sob a coordenação psico-sócio-pedagógica da equipe interdisciplinar social do NAECA, formada por assistente social, pedagoga, psicóloga e socióloga, sem perder olhar de que estamos abraçando na sua totalidade sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento.

Nesse prisma, as atividades pedagógicas foram desenvolvidas e voltadas para os adolescentes com o intuito que estes repensem suas práticas e resgatem valores sociais positivos, através da vivência de relações presentes na ética

comunitária, sempre visando oportunizá-los a formação de valores e atitudes construtivas, através da participação solidária no trabalho desenvolvido.

As atividades prevêm ainda o envolvimento das famílias dos adolescentes, com o intuito de reforçar os vínculos familiares e a responsabilização destas com os mesmos, assim como com a escola, no sentido de incentivar o retorno, a permanência e o sucesso escolar.

Com essa prática, desejamos, enquanto profissionais sociais, oferecer a estes a oportunidade de desenvolvimento pessoal e social, através da educação pelo trabalho, o exercício da cidadania e finalmente oportunizar a inclusão dessa clientela em meio social, reconstruindo e reforçando suas relações interpessoais. Oficinas e Palestras estão acontecendo quinzenalmente, abordando temas transversais. Além das Oficinas socio-pedagógicas e Palestras quinzenais, o programa prevê também Encontros com os Adolescentes e Responsáveis, abordando a responsabilização da família e o resgate dos vínculos familiares.

Sobre a nossa participação no programa associando a coleta de dados de nossa dissertação às solicitações da defensoria, podemos dividi-la em várias etapas e momentos. O primeiro momento foi a apresentação do Programa Sócio-Pedagógico para toda comunidade da Defensoria Pública, sócio-educandos e seus familiares. Na oportunidade foi feita a sensibilização dos setores da instituição para o acolhimento dos adolescentes. As datas de realização de nossas oficinas foram:

28/08/2009: 1ª Oficina, abordando o tema “**A Musicalização**” como recurso pedagógico na formação de novos valores sociais;

11/09/2009: 2ª Oficina, abordando o tema “**Identidade Social: regras e normas da vida em sociedade**”;

09/10/2009: 3ª Oficina, abordando o tema “**O Papel da Família**”. Este momento contou com a participação dos responsáveis pelos adolescentes;

06/11/2009: 4ª Oficina, abordando o tema “**DST & AIDS e Drogas**”;

13/11/2009: 5ª Oficina, abordando o tema “**Valores Éticos e Morais**”;

27/11/2009: 6ª Oficina, abordando o tema: “**A importância dos Vínculos Afetivos e Familiares**”. Este momento contou com a participação dos responsáveis pelos adolescentes;

17/12/2009: aconteceu a Confraternização de Natal, momento em que reforçamos a importância da vida em comunidade.

Abaixo uma síntese de dois momentos realizado com os adolescentes um destes momentos a oficina ocorrendo com a presença de familiares.

A. Oficina sobre “Valores Éticos e Morais”

A oficina realizada no dia 13/11/2009, iniciou com uma dinâmica de apresentação envolvendo os adolescentes, objetivando a integração do grupo. Em seguida, foi abordado o conceito de Ética e Moral no intuito de levar ao conhecimento dos adolescentes, ainda num senso comum, uma visão mais crítica e reflexiva pautada em suas próprias experiências de vida. Em seguida, foi feita a apresentação de vídeo sobre Ética e Moral da vida em sociedade, a fim de estabelecer uma breve discussão com os adolescentes e mostrar os desdobramentos da ética e da moral dentro de cada sociedade, ressaltando os direitos e deveres enquanto cidadãos.

Logo após a pausa para o lanche, iniciou-se a dinâmica intitulada “Quebra-Cabeça do Conhecimento”, cujo objetivo foi estimular a interação dos adolescentes. A dinâmica iniciou com a distribuição dos adolescentes em dupla. Distribuiu-se palavras chaves como AMOR, HONESTIDADE, HUMILDADE, FAMÍLIA, ÉTICA, MORAL, RESPEITO, VIOLÊNCIA, DST & AIDS, ABORTO e situações relacionadas a esses temas. Foram disponibilizados textos relativos às palavras e, a partir dessas palavras, os adolescentes puderam falar e se expressar (por meio de figuras, cartazes, fantoches) sobre suas experiências e expectativas de vida, em um

exercício de reflexão e posicionamentos individuais e grupais a serem adotados em cada situação apresentada. Nesse momento, pôde-se perceber a visão de mundo de cada adolescente.

Em seguida, com enfoque lúdico, foram abordados diversos temas como: ALEGRIA, AMOR, CARIDADE, ESPERANÇA, FÉ, FRATERNIDADE, HONESTIDADE, LEALDADE, no sentido de incentivar a reflexão sobre a importância de ações pautadas nesses valores. Na dinâmica, as técnicas foram apresentadas com o uso de teatro de fantoches, uma história referente ao tema alegria e os adolescentes, a partir da leitura paradidática, expressaram seus sentimentos e posicionamentos. Os adolescentes interagiram muito bem com as dinâmicas e as técnicas apresentando uma leitura dos valores e expectativas de vida de cada adolescente.

Num momento de descontração, foi exibido um videoclipe musical do grupo RAPA e o momento foi finalizado com uma dinâmica onde foi formado um círculo com todos os presentes e um bombom era repassado de forma seqüencial a outro adolescente, e este último mencionava o nome do colega a quem entregava o bombom, desejando com uma palavra positiva e de estímulo sorte e felicidade.

B. Oficina: um encontro com a família

A oficina iniciou com o acolhimento dos pais e adolescentes pela equipe técnica do NAECA, que esclareceu que o objetivo da proposta é criar vínculos que possam facilitar a integração do adolescente com família. Explicamos que este tipo de aproximação, estreita relações, permitindo um contato mais próximo com a realidade do adolescente ao mesmo tempo em que auxilia no melhor desenvolvimento do cumprimento da medida educativa.

Nossa participação neste dia aconteceu através de uma apresentação slides em que se enfatizava a importância da afetividade nas fases de evolução e crescimento da infância à adolescência, na perspectiva de Jean Piaget. A fala teve como objetivo esclarecer aos pais o quão é importante a presença da afetividade nas fases da infância, para a formação da personalidade na adolescência e que,

essa personalidade refletirá o que este adolescente será e fará na vida adulta. Também foi importante para os adolescentes perceberem a importância de viver as fases de desenvolvimento sem atropelos e seguindo os caminhos possíveis de cada uma destas etapas.

A assistente social do NAECA retomou alguns pontos tratados na reunião anterior com os pais, em que o conceito de família foi abordado e que os pais elaboraram alguns conceitos. Em seguida explanou sobre as mudanças e transformações pelas quais as famílias brasileiras vêm passando e que, conseqüentemente, provocam alterações nos seus arranjos de vida cotidiana, provocando uma nova reestruturação familiar: famílias menores, famílias chefiadas por mulheres, separações, novos casamentos, família nuclear reconstituída etc. Esse momento teve como intuito uma maior reflexão face a tantas situações vivenciadas e que afetam as relações familiares e afetivas.

Foram abordados também aspectos relacionados à afetividade e repassado aos pais alguns questionamentos sobre essa temática, ressaltando-se que esta se inicia por sentimentos que envolvem amor, proporcionando ao sujeito uma vida emocional plena e equilibrada. Trazendo o termo afetividade para a realidade dos adolescentes, foi frisado que ela deve estar presente nas relações familiares envolvendo referências positivas, bem como limites necessários ao desenvolvimento da personalidade dos adolescentes e que, para estes, as referências são palavras, gestos que uma vez harmoniosos são capazes de superar fragilidades, desvios de conduta, conflitos e com isso desenvolver melhor a formação da sua identidade. Na oportunidade, foi realizada a leitura de uma história com abordagem no perdão envolvendo o termo afetividade, proporcionando a reflexão da importância da afetividade e não permitir que as dificuldades vivenciadas venham prejudicar sua consolidação.

Após esse momento, foi dada pausa para o lanche, momento em que familiares e adolescentes puderam vivenciar uma maior integração e perceber que todos estavam ali em prol de um mesmo objetivo. As atividades foram retomadas com a dinâmica intitulada “Técnica da Carta”, em que cada pai e cada adolescente

produziu uma frase ou um desenho tentando retratar um pouco de si, sem identificação. Posteriormente, cada responsável tentou identificar a produção do adolescente e cada adolescente tentou identificar a produção do seu responsável, a fim de refletir a relação de proximidade entre pai e filho. Em seguida, cada adolescente com seu responsável eram convidados a irem ao centro do círculo para identificarem as produções. A maioria das produções foi identificada e houve um caso de um pai que expressou “peguei esse desenho porque era o que restava, mas tenho certeza que não foi meu filho que fez. Ou ele não fez nada, ou alguém já havia levado o dele”. Essa fala foi muito importante para equipe técnica, porque proporcionou uma leitura da relação entre pai e filho. A técnica foi finalizada com um abraço entre cada adolescente e seu responsável. Percebeu-se que momento foi muito significativo no exercício da afetividade através do abraço, uma vez que é perceptível as fragilidades das relações entre os mesmos. O Encontro foi encerrado com agradecimentos e convite aos pais e adolescentes para a programação de Natal no dia 17/12/09.

4.4 Atendimento institucional

O Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (NAECA) foi criado para prestar atendimento integral às crianças e adolescentes vítimas de vulnerabilidade social ou em conflito com a lei, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e já atua no Pará desde 2004 em defesa da criança e do adolescente, conforme preconiza o ECA em seu artigo nº 206:

“a criança ou o adolescente, seus pais ou responsáveis, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata esta lei, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça” (art.206-ECA, p.40).

O parágrafo único do artigo 206 e, por conseguinte, o artigo 207 dessa mesma lei vem corroborar o papel do Estado na assistência sócio-jurídica, visando o atendimento integral dessa pessoa em desenvolvimento.

parágrafo único: “Será prestada assistência judiciária integral e gratuita àqueles que dela necessitarem”.

art.207: “nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor”.

Assim, a atuação do NAECA é no atendimento de situações que envolvem uma demanda que contempla casos de risco social e pessoal assim como vulnerabilidade social e ato infracional. Em sua rotina de trabalho recebe demandas espontâneas ou aquelas encaminhadas por outros órgãos e/ou de outros setores da Defensoria Pública.

4.5 O fluxo de atendimento no NAECA hoje

- O acolhimento

O 1º acolhimento é realizado por um policial militar, que colhe dados de identificação do assistido, fazendo a escuta do relato sobre a problemática vivenciada que o levou até àquele órgão. A partir de então, a pessoa que buscou o serviço é encaminhada pelo policial à equipe técnica já anunciando se a situação é relativa à 1ª Vara (de Proteção) ou à 2ª Vara (de Infração).

- O atendimento social

No atendimento da equipe técnica ocorre o contato no nível de aproximação com a problemática que será interpretada, e esse profissional, a partir de um referencial teórico e instrumental técnico-operativo de sua profissão (psicólogo, pedagogo, assistente social e sociólogo), deverá criar um ambiente propício para a entrevista e conseqüentemente um diálogo que lhe possibilite colher informações pertinentes a situação e/ou ação a ser requerida. Neste momento, a abordagem e o ambiente são ferramentas cruciais para que se estabeleça uma relação de confiança do assistido com o profissional.

- O atendimento jurídico

Após os esclarecimentos iniciais a pessoa ao chegar nessa etapa é encaminhada ao defensor público juntamente com a ficha de atendimento, a fim de que ocorram os esclarecimentos e/ou procedimentos jurídicos, bem como a solicitação de documentos. Posteriormente, a Ficha de Atendimento é devolvida à equipe técnica para arquivo em ordem alfabética, o que possibilita uma melhor visualização quando o esta pessoa retorna para um novo atendimento, sendo este registrado no Livro de Atendimento e na Ficha de Evolução do Caso.

- O acompanhamento

Após atendimento pelo defensor público, este poderá solicitar da equipe técnica uma avaliação mais aprofundada, sendo válido ressaltar que o estudo social cabe ao profissional de serviço social, por ser um instrumental específico dessa área⁸ e a avaliação interdisciplinar é da equipe técnica contendo aspectos sociais, pedagógicos e psicológicos, assim como as considerações e parecer da equipe. Este tipo de procedimento, que pode ser por visita domiciliar, atendimento individualizado ou ainda acompanhamento com estudo de caso, tem a pretensão de um aprofundamento da situação apresentada para oferecer recursos que venham melhor subsidiar o defensor público na ação pleiteada.

4.6 Dificuldades detectadas no fluxo de atendimento durante a pesquisa

- O acolhimento

A lei maior diz que o profissional policial deve ser preparado para zelar pela “preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio...”(Art. 144/CF), assegurando a proteção da sociedade. Sousa (2007) chama atenção para a importância do papel no controle social e no enfrentamento das anomias:

⁸ Código de Ética Profissional do Serviço Social e Lei de Regulamentação da Profissão nº8622.

“a Polícia, desde sua gênese, tem como função primordial o “controle social”, colaborando com outros órgãos e instituições: a religião, a justiça, a escola, a família, etc. Porém o uso da força legal – os manuais gostam de diferenciar do termo violência – é privativo da polícia, esse aspecto demonstra que por mais humana que ela tente se apresentar continua “impondo e fiscalizando” o cumprimento da norma, representando o braço armado do Estado para restabelecer a “ordem”, em um estado de desordem social. Desta forma, a função da Polícia num Estado Democrático de Direito é zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas pelo Estado. É uma missão altamente árdua, pois é a linha de frente das políticas estatais, no enfrentamento das anomias” (SOUSA, 2007, p. 34).

Assim, no momento em que o policial militar é deslocado para fazer o acolhimento das pessoas que buscam a Defensoria Pública, além de estar deixando de cumprir o seu papel profissional e deixando a segurança das pessoas à deriva, também provoca constrangimento, uma vez para muitas pessoas a polícia representa a repressão. Também percebemos que poucos policiais conseguem atuar de forma a criar um clima de acolhimento em função da não formação técnica especializada para fazer um acolhimento adequado com uma leitura sensível da realidade apresentada.

- O atendimento social

Tanto a 1ª Vara (Proteção) quanto a 2ª Vara (Infração) tratam de pessoas em situação peculiar de desenvolvimento e envolvem várias ações que se fazem necessárias no enfrentamento das violências e para o bom desempenho da rede de proteção. Ocorre que a equipe técnica, composta por quatro profissionais da área social, atende ações das duas varas de execução e sempre em diferentes locais de atendimento, fazendo uma espécie de rodízio entre o atendimento no NAECA, no Juizado, no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente (CIAA)⁹ e Visitas Técnicas em Abrigos e Centros de Internação, o que impossibilita um trabalho de acompanhamento das famílias e ações mais voltadas para determinada atuação, tornando o atendimento sempre superficial e prejudicando o atendimento integral. A

⁹ Integra órgãos de defesa do adolescente: Juizado da Infância e Adolescência (2ª vara), Ministério Público, Defensoria Pública e Delegacia da Infância e Adolescência.

nosso ver a atuação da mesma equipe nas duas varas impossibilita o profissional também de participar de eventos da área, o que poderia contribuir para o fortalecimento da rede.

Observa-se também que há um desgaste por parte das pessoas que buscam o serviço, uma vez que no primeiro atendimento cria-se um vínculo de confiança com o técnico daquele plantão, expondo toda sua problemática àquele profissional e, em seu retorno, poderá ser atendida por outro profissional.

- O Atendimento Jurídico

Há defensores públicos específicos da Vara de Proteção e da Vara de Infração, ocorre que existe também o rodízio no atendimento, ou seja, sempre existe um defensor no atendimento enquanto que os outros estão em audiência ou em visitas, assim, pode ocorrer novamente à interrupção de um laço de confiança já estabelecido e, muitas vezes com empatia, gerando inclusive atitudes típicas do que a literatura denomina de violência institucional, uma vez que estas pessoas são expostas várias vezes e são obrigadas a repetir fatos e situações desagradáveis, embora necessárias para o conhecimento do defensor de plantão.

- O Acompanhamento

O acompanhamento é feito com a Ficha de Evolução do Caso, que por vezes perde a eficácia quando o defensor público deixa de fazer suas considerações na ficha ou deixa de repassar ao técnico para retorno ao arquivo. Ou ainda quando a pessoa em acompanhamento dirige-se diretamente ao defensor sem passar pela equipe técnica. Ocorre ainda que, devido à escala, estes fazem várias tentativas de ida ao órgão para conseguir ser atendido pelo mesmo defensor que deu origem ao processo, acarretando desgaste e descredibilidade institucional.

- O Ambiente

O ambiente de atuação da Defensoria Pública está em um prédio térreo com uma sala de espera, para o acolhimento inicial com o policial militar que faz a abordagem na frente de várias pessoas numa coleta de informações prévias. Em outro espaço de atendimento, funciona a secretaria geral do núcleo e, na sequência o prédio possui as seguintes salas para: Atendimento da Vara de Proteção; Atendimento da Vara da Infração; Coordenação; Equipe Interdisciplinar e de Reuniões que esta conjugada a uma copa. As salas são separadas por um vidro transparente, com cerca de dois metros de altura e com visão para as demais salas, o que prejudica a privacidade do atendimento, pois tanto a visualização quanto o som pode-se perceber de qualquer sala. O atendimento individualizado é prejudicado por falta de espaço, pois a sala dos técnicos também comporta os estagiários e defensores que não estejam no atendimento, uma vez que só há uma sala para cada vara.

Considerando os doze meses de observação do fluxo de atendimento no Núcleo de Atendimento Especializado da Criança e do Adolescente (NAECA) da Defensoria Pública do Pará, onde podemos detectar as dificuldades apresentadas nesse tópico, considerando ainda a vivência com as famílias pesquisadas e com as situações do atendimento de rotina naquele núcleo, é que estamos apresentando uma proposta para um novo formato de atendimento.

4.7 Uma Nova Proposta: idealização de um novo atendimento

Esta proposta foi elaborada de acordo com os objetivos de nosso estudo, considerando o fluxo de atendimento que irá envolver pessoas, espaços, mobiliário, entre outras transformações.

- Objetivo Geral

Oportunizar a criança, adolescente e familiar a garantia de um atendimento mais humanizado considerando os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, a Constituição Brasileira e a Declaração de Direitos Humanos.

- Objetivos Específicos

- a) Proporcionar ambientes e atividades propícias para um atendimento humanizado segundo os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- b) Prover meios para o fortalecimento dos vínculos entre os profissionais da Defensoria, as famílias e as crianças e adolescentes que passam na instituição;
- c) Promover, sempre que possível, através de formação e capacitação específicas a inserção das famílias em oficinas de reflexão sobre as políticas públicas de assistência social, profissionalização, geração de renda e atendimento psicológico;
- d) Garantir à equipe interdisciplinar do NAECA formação e capacitação específica e especializada para o atendimento as pessoas em situação de violência com o uso das ferramentas da sociopoética e outras pertinentes ao trabalho realizado na Defensoria Publica.

Estes objetivos têm por meta proporcionar a equipe espaços mais adequados ao que realizam hoje através de seu Núcleo de Atendimento da Criança e do Adolescente (NAECA), com atendimento as crianças e adolescentes em situação de risco social e/ou pessoal (1ª vara), assim como aqueles em conflito com a lei (2ªvara) na sede e em pólos em 12 municípios do Pará, a saber: Abaetetuba, Altamra, Ananindeua, Augusto Corrêa, Belém, Breves, Castanhal, Capanema, Marabá Paragominas, Redenção e Santarém.

Belém é a capital do Estado do Pará e possui área de 1.064,91 Km² com densidade demográfica (habitantes por km²) de 1.322, apresentando população de 1.500.157 habitantes¹⁰. Com todo esse universo, faz-se necessário que o NAECA

¹⁰ Dados apresentados pelo IBGE em 2007.

disponibilize duas equipes sociais para atendimento: uma exclusiva para a vara de proteção, participando de estudo de casos, dando maior suporte aos abrigos e às famílias e outra exclusiva para a vara de infração, podendo realizar um melhor trabalho com os adolescentes e suas famílias, com projetos de inclusão social e acompanhamento deste universo de pessoas em medidas educativas.

O processo de desconstrução e reconstrução permite inovar e se faz necessário para melhor trabalhar a realidade da demanda atendida na 1ª vara da Defensoria Pública do Estado do Pará, que é dinâmica e contraditória. Portanto é acreditamos ser necessário criar estratégias e multiplicar respostas muitas vezes já institucionalizadas, que nem sempre conseguem atender e transformar o problema na sua totalidade, dada à incompletude das relações institucionais.

Assim, através das práticas cotidianas vivenciadas nos atendimentos e da reflexão que cada caso requer, percebe-se que se faz necessário alguns ajustes no fluxo de atendimento, apresentada a seguir como parte da nossa sugestão de mudanças:

- O acolhimento

O acolhimento é o primeiro contato com a instituição, um momento em que haverá a exposição pública da pessoa que procura a Defensoria. Este momento quando bem utilizado ajuda no estabelecimento de diálogos e relacionamentos indispensáveis na interpretação da compreensão da problemática que leva alguém a um ambiente público relacionado à lei. Por isso, é de fundamental importância que esse primeiro contato (da recepção ao defensor público) seja feito por um técnico ou estagiário da área social, com as ferramentas de abordagem adequadas de expressão, verbalização e comportamento para um bom acolhimento, demonstrando interesse pela situação e evitando constrangimentos e humilhações.

- atendimento social

A entrevista consiste na escuta sensível para posterior encaminhamento, com geração de uma ficha em que se descreve toda a evolução do caso para arquivamento e observação quando necessário. Este procedimento deve sempre ser feito por um técnico da área social, através de técnicas e procedimentos específicos, da escuta atenciosa, sem pré-julgamentos e sem permitir que seus valores pessoais prevaleçam ante a situação que está sendo apresentada, sempre prevalecendo à ética profissional e considerando que os vínculos de confiança formados nesse momento permitem o esclarecimento de muitas situações que somente são expostas a pessoas em quem confiamos. Também é imprescindível que o profissional possa acompanhar o caso de forma contínua para que vínculos possam nascer e se fortalecer em outros atendimentos.

- O atendimento jurídico

Ocorre após avaliação pelo técnico social que a pessoa que procurou o serviço já tem condições emocionais de prosseguir com o atendimento junto ao Defensor Público, que já estará orientado pelo técnico quanto a situação apresentada.

O Defensor, sem perder a linha do acolhimento deve fazer os procedimentos jurídicos cabíveis. É importante que este profissional jurídico possa acompanhar a maioria ou todos os retornos das pessoas até a conclusão do processo. Esse itinerário evita que em cada retorno as pessoas repitam suas histórias e vivencie a retomada dos fatos, com lembranças e sensações desagradáveis, podendo despertar insegurança, ansiedade e desconforto em ter que novamente se expressar e se preocupar em como será interpretado.

Também cabe ao Defensor avaliar a necessidade de retorno e encaminhar as pessoas por ele atendidas ao técnico que deu origem ao atendimento para agendamento do retorno em Cartão de Atendimento Próprio, contendo data e horário. Os retornos também deverão ser agendados na Ficha de Evolução de

Atendimento. Desta forma, é possível o acompanhamento dos avanços no diálogo e na reflexão de cada caso.

Para tanto, se faz necessário que haja um Defensor Público que atenda constantemente no local. Caso não seja possível, os agendamentos deverão obedecer à escala de plantão de atendimento dos defensores, para que não haja perda de vínculos de confiança entre os envolvidos.

- O Ambiente

Para um melhor fluxo de atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias, entendidos pelo art. 227 da CF/88 como prioridade absoluta no atendimento aos seus direitos como cidadãos brasileiros, sugerimos neste estudo que o Núcleo de Atendimento Especializado à Criança e ao Adolescente (NAECA) da Defensoria Pública do Estado do Pará tenha a seguinte estrutura, sempre com decoração leve, alegre e tranqüila:

1. Sala de Espera;
2. Sala de Acolhimento;
3. Secretaria e Protocolo;
4. Sala das Coordenações (1ª e 2ª Varas);
5. Sala de Atendimento dos técnicos e estagiários da 1ª Vara;
6. Sala de Atendimento dos técnicos e estagiários da 2ª Vara;
7. Sala de Atendimento do Defensor Público da 1ª Vara;
8. Sala de Atendimento do Defensor Público da 2ª Vara;
9. Sala de Atendimento psico-socio-pedagógico / Brinquedoteca;
10. Sala Multifuncional (eventos em geral);
11. Copa;
12. 03 banheiros;
13. 02 carros oficiais (1ª e 2ª varas);

Abaixo, algumas sugestões:



Figura 23: Sala de espera
Fonte: Google imagens (2009)



Figura 24: Sala de atendimento psico-socio-pedagógico
Fonte: Google imagens (2009)



Figura 25: Brinquedoteca
Fonte: Google imagens (2009)



Figura 26: Sala de acolhimento
Fonte: Google imagens (2009)



Figura 27: Sala Multifuncional
Fonte: Google imagens (2009)

- O Acompanhamento

O acompanhamento deverá se dá por registro da Carteira das Famílias ou Pessoas que assumam a função de buscar o serviço, assim como registro na Ficha de Evolução do Caso. Para o sucesso do registro de acompanhamento, é necessário que o defensor atente para a devolução da Ficha de Evolução à equipe técnica, com as devidas considerações ao caso e a data de retorno do assistido, para que a profissional da área social possa tomar as providências cabíveis quanto ao retorno, assim como, se necessário, providenciar visita domiciliar, atendimento individualizado ou quaisquer outros procedimentos que se fizerem necessários, sempre em concordância com o defensor público do atendimento.

- Trabalhando a Prevenção

No intuito de um trabalho preventivo, a equipe técnica, juntamente com os estagiários, deverá selecionar os casos que necessitem de maior acompanhamento, como por exemplo, o caso de violência intrafamiliar, guarda e adoção, divididos em grupos específicos para realização de oficinas ou palestras baseadas na sociopoética, com periodicidade escolhida pelo grupo.

A seleção dos casos deverá se dá no momento do atendimento, momento em que o técnico vivencia a situação, seja em qualquer dos pontos de atendimento (NAECA, Juizado ou CIAA).

As atividades deverão ser momentos que proporcionem reflexão, troca de experiências com o uso das ferramentas da sociopoética e discussão de temas como: família, afetividade e violência. Essa rotina com certeza ajudará os envolvidos a entender o cotidiano das relações e o compartilhar de vivências, visando alcançar a passagem da consciência ingênua para a crítica e do individual para o coletivo, enquanto potencializador no fortalecimento dos membros do grupo e na perspectiva de participação, empoderamento e construção de saberes que contribuirá para a autonomia dos sentimentos e enfrentamento das experiências vividas. Para tanto, reforçamos a importância uma equipe interdisciplinar específica para cada vara de atuação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Daquilo que eu sei, nem tudo me deu clareza,
nem tudo me deu certeza, nem tudo foi permitido...
(Ivan Lins)

No início da pesquisa, sinalizamos nossa preocupação com o fenômeno da violência intrafamiliar, que vem vitimando tantas crianças e adolescentes indefesos. Essas situações, além de negar à criança e adolescentes o direito ao lúdico, a fantasia, o sonhar, o sorriso e a brincadeira, termina por construir adultos magoados com o mundo, violentos, cheios de questionamentos que parecem sem respostas as mais diversas dificuldades, algumas tidas como insolúveis.

Considerando esse contexto e iniciando uma vida profissional nova atendendo crianças e adolescentes em risco social e pessoal na Defensoria Pública (DP) do Pará, vítimas de toda forma de violência e negligência, nos motivamos a tentar transformar essa realidade. Nosso grande questionamento neste início era saber se não havia algo que pudesse ser feito para não apenas atender situações pré-existentes, mas, prevenir e evitar que uma instituição como a Defensoria, com profissionais especializados, apenas servisse para ‘apagar incêndios sociais’.

Assim, nos propusemos a elaborar uma proposta que fosse experimental, no sentido de aprendermos sobre as pessoas que atendemos na Defensoria Pública, suas expectativas, seus interesses, enfim, conhecer um pouco do universo em que se inserem para após organizar / propor um trabalho mais integral, solidário e de acordo não apenas com as leis de nosso país, mas, acima de tudo pensando na Declaração Universal dos Direitos Humanos – ‘um mundo mais justo e mais solidário é um direito de todos’!

Iniciamos toda essa maratona de atividades com muitas dificuldades, algumas de natureza acadêmica e outras de natureza profissional, afinal éramos iniciantes nos dois lugares: o mestrado em saúde na UNIVALI e na Defensoria Pública do Pará. Lembrando que havíamos passado muito recentemente na seleção do mestrado e também em concurso público para atuar em uma rotina profissional

diferente, acompanhando pessoas e histórias de vida com sofrimentos e situações de vida de dor e sofrimento.

Nesse processo a proposta de nossa pesquisa precisou ser alterada no início e na metade da pesquisa em função de demandas importantes que ao final enriqueceram nossa dissertação e nossa atuação profissional. Assim o que podemos afirmar nesta etapa final, é que conseguimos atender nossos objetivos, dividindo-os em etapas, que adaptadas às solicitações do mestrado e também da Defensoria Pública nos levou a caminhos diferentes do que originalmente pensamos, contudo ampliou as possibilidades para outras mudanças no futuro.

Na etapa de visitas a algumas famílias, ainda que depois não tenhamos trabalhado com as mesmas na etapa das oficinas, aprendemos sobre suas realidades ao visitar suas casas miseráveis, suas ruas [algumas sem beleza], suas redes de relações excluídas da alegria genuína, da abundância alimentar, do conforto. Vimos os bairros, as deficiências estruturais, as 'marginalidades' nos espaços que ninguém deseja visitar ou morar. Importante citar que este 'caos' social aparece forte nos genogramas e ecomapas, retratos da realidade de pessoas que oferecem pouco aos seus filhos porque não conseguem oferecer o que não possuem: condições de viver dignamente!

Boff (2000) na obra a "A voz do arco – íris" ao tratar das violências afirma que esta tem origens na intolerância entre os humanos e na nossa incapacidade de se imaginar no lugar do outro. Não nos imaginamos como o 'outro', este que é violento, que usa drogas, que se marginaliza ao longo de sua vida, que passa fome de alimento e de esperança. Como seriam nossas reações se em vez de sermos uma educadora, um advogado, um médico ou um herdeiro, fossemos um sem teto? Ou um mendigo? Ou um trabalhador sem qualificação que leva um salário mínimo para viver com uma família que por vezes tem inúmeros dependentes? Difícil pensar, difícil se imaginar que ainda que viva todas essas dificuldades, será capaz de oferecer carinho, amor, segurança aqueles que são seus filhos.

Algumas pessoas costumam dizer que muitos pobres conseguem superar e vencer e jamais ser marginal. Perfeito, isso realmente é possível, ainda assim, não cabe a nós julgar quem não alcança esse patamar, simplesmente dizendo: é um vagabundo! Isto porque às vezes aquele filho ou filha que nasceu de nós com todo o conforto pode ainda ser pior do que o pior marginal de rua, ainda que tenha conforto, dinheiro, o seu e o nosso carinho. Quantos destas meninas e meninos cheios de atenção e riqueza acham que não tem nada e um dia mata seus pais para se tornar dono de tudo sozinhos? E porque muitas vezes a estes meninos e meninas de famílias nobres se oferece o perdão e uma chance e aquele outro do bairro de periferia não se oferece nem o direito a fala e a expressão? Por que desistimos deles tão facilmente?

Pensando que cada criança e adolescente precisa que não desistamos deles, é que na segunda etapa de nosso trabalho, quando surgiu a possibilidade de acolher vinte e cinco adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa, percebemos que ali estava a oportunidade de iniciar o que eu desejava [mesmo que estes já estivessem em situação marginal]. Como seríamos responsáveis pela elaboração das oficinas pedagógicas foi mais um desafio, pois tudo tinha que acontecer sem parar o atendimento normal ao usuário do órgão, que se dá de 08 às 14h sem parar ou diminuir o ritmo de nossa pesquisa de mestrado com a coleta bibliográfica, a pesquisa *in loco*, a observação, as entrevistas, o acompanhamento, as visitas, a confecção das oficinas, os estudos e as viagens (tanto a trabalho quanto do mestrado), além da nossa vida pessoal.

Mas a responsabilidade social e profissional foi mais forte e esta era uma oportunidade impar que não podíamos deixar passar, era o momento de fazer alguma coisa por aqueles adolescentes e suas respectivas famílias no nosso espaço, na “nossa casa”. Precisávamos, inclusive, sensibilizar as famílias nesse processo de ressocialização e responsabilização dos adolescentes, pois não enxergamos sucesso na medida sócioeducativa sem o apoio familiar. Então, começamos a nos reunir aos finais de semana para a confecção dos encontros com os adolescentes e suas famílias e fizemos as mesmas acontecer, ainda que nesse ínterim tenhamos também sofrido perdas: dois adolescentes por óbito.

O que mudou em nós? Os sentimentos e o próprio viver e sentir profissional. Os conhecimentos adquiridos com as orientações, aliados aos conteúdos indicados pelos professores e a realidade da instituição mudaram nossa realidade, nos proporcionando novos olhares sociais, talvez mais angustiantes, uma vez que não somos mais alheias a realidade de nossas crianças e adolescentes, mas com certeza com muito mais vontade de continuar trazendo nossa parcela de contribuição para a diminuição desse esfacelamento familiar.

Após quase dois anos de muita dedicação, estamos encerrando um momento acadêmico para pensarmos em outros caminhos mais adiante. Não é um fim, visto que os objetivos da proposta de nossa pesquisa demonstram que apenas iniciamos o nosso caminhar para a reflexão crítica, que somente ocorre nas seguintes situações: quando mudamos nosso eixo de formação [capacidade de ver o mundo criticamente] e conseqüentemente aprendemos que é preciso retomar teorias diversas para aprender como lidar com essa realidade.

Durante o processo que vivemos, muitos foram os desafios, e tenho a clareza de que ainda estou “engatinhando” no assunto e muito ainda tenho o que aprender e o que fazer sobre a temática escolhida, mas, ainda que doloroso, o processo de construção e reconstrução do saber, presente em todas as etapas deste estudo, é que nos traz a gostosa sensação do aprendizado. E é com orgulho que apresentamos os resultados da pesquisa desejando que, após a defesa pública da mesma na UNIVALI, possamos apresentá-la na Defensoria Pública e causar questionamentos, inquietações e o desejo de participar desse processo conosco para a concretização das mudanças aqui sugeridas, na medida do possível.

Discernir o certo do errado, o bem e o mal são uma tarefa difícil pra nós, seres humanos. O que é certo e o que é errado quando os padrões éticos andam profundamente abalados? A “institucionalização” de “levar vantagem em tudo” passou a ser o paradigma plausível da sociedade. Trata-se do individualismo e do sucesso a qualquer custo. Não levar vantagem é tolice. As pessoas navegam de um lado para o outro mudando padrões morais e éticos, buscando justificativas para a maldade, a violência, os conflitos de uma forma geral, principalmente se as

peças que assim procedem possuem como pagar um defensor que atenda apenas a interesses pessoais ou de grupos (BAIERL, 2004, p.22).

Temos clareza que a prática educativa que sugerimos como forma de atender com dignidade as pessoas que buscam a Defensoria Pública demanda de uma ética fundada no respeito ao ser humano e às diferenças, algo que ainda não alcançamos. Hoje temos plena consciência que a questão da violência é algo muito mais abrangente do que nossa mera boa vontade pode alcançar, pois envolve questões sociais de difícil acesso, entretanto, deixo aqui nossa ansiedade para futuros trabalhos como as oficinas pedagógicas e as palestras sócio-poéticas com as famílias assistidas pela Defensoria Pública do Pará. Também é importante pensar em uma continuação das oficinas pedagógicas com os adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa naquele órgão, sempre com o compromisso de tentar melhorar cada vez mais o atendimento integral, priorizando a convivência saudável e o resgate dos laços afetivos e familiares, pois entendemos que só assim podemos ajudar a construir novas formas de cidadania em cidadãos que se encontram em exclusão social.

6 REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Conflitualidade e violência – reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. **Rev. Sociológica Tempo Social**. São Paulo, v. 23, p.19-47, maio, 1998.

AGOSTINHO, M. Ecomapa. **Rev. Port Clin Geral**, 2007 apud Holman AM. Family assesment: tools for understanding and intervention. Beverly Hills, California: Sage Publications; 1983.

ALBERTI, B. M.; Méndez, M.L. **La família em la crisis de la modernidad**. **Montevideo**: Uruguay, 1993.

ALMEIDA, A. M. O. **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais**. Brasília: UNB, 2006.

ALMEIDA, B. C. M. de. **Direitos Humanos e Medidas Sócio-educativas: uma abordagem jurídico-social**. Belém: Misereor, 2007.

ALTHOFF, C.R. ELSEN, I. NISTSCHKE, R.G. **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Papa-Livro, 2004.

AMARAL, Márcio Douglas Brito. **Estado e Políticas Urbanas na Amazônia: A Experiência das Intervenções Urbanas na Orla Fluvial de Belém**. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12./2007 - Belém. *Anais*. Belém: Campus Universitário do Guamá: UFPA, 2007.

APTEKAR, L. **Crianças de rua nos países em desenvolvimento: Uma revisão de suas condições**. Psicologia: Reflexões & Críticas, 1996.

ARANTES, E.M.M. **Rostos de crianças no Brasil**. In: PILOTTI, F. e RIZZINI, I.(Org). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño: Santa Úrsula, 1995.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

ASSIS S. G. **Quando crescer é um desafio social: um estudo sócio epidemiológico sobre violência em escolares em Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: ENSP; 1991.

AZEVEDO M.A., GUERRA V.N.A. **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

BAIERL, F.L. **Medo Social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: LIBER, 2002.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: UnB, 1997.
- BASSALO, Célia Coelho. SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: PAKA-TATU, 2002.
- BIASOLI-ALVES, Z.M.M.; FISCHMANN, R. **Crianças e Adolescentes: construindo uma cultura de tolerância**. São Paulo: USP, 2001.
- BIASOLI-ALVES, Z.M.M. & ZAMBERLAN, M.A. Demographic Characteristics and Childrearing Practices of Low Socioeconomic Status Families. In: Cusinato, M. (Org). **Research on Family Resources and Needs across the World**. Milano, Led, p.199-216.
- BOFF, L. **A voz do arco-íris**. Brasília: Letrativa, 2000.
- BORGES, S. R. **ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. Belém do Pará: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDAC)**, 2008.
- BOUDON, R. BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993, p.25-26).
- BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília-DF, 1988.
- BRASIL. **Criança Urgente**, A Lei 8069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Columbus Cultural, 1990.
- BRASIL. **Ministério de Saúde**. Política Nacional de Redução da Morbi-Mortalidade por Acidentes e Violências. Brasília: MS, 2005.
- CAMARGO C. L. **Violência familiar contra crianças e adolescentes**. Salvador: Ultragraph, 1998.
- CAMINHA R. M. A. **Violência e seus danos à criança e ao adolescente**. São Leopoldo (RS): AMENCAR, 1999.
- CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. **Histórico e contextualização**. Belém: Defensoria Pública, 1983.
- DEL PRIORE, M. (Org). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

DESLANDES SF. **Prevenir a violência**: um desafio para profissionais de saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

DURKHEIM, E. **De La división del Trabajo Social**. Tradução de David Maldavsky. Buenos Aires: Schapire, 1967.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. Buenos Aires: Claridad, 1971.

FERRIANI, M.G.C., GARBIN, L.M., RIBEIRO, M.A. **Caracterização de casos em que crianças e adolescentes foram vítimas de abuso sexual na região sudoeste da cidade de Ribeirão Preto**. São Paulo: EDUSP, 2000.

FOUCAULT M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GAUTHIER, J.H.M.; CABRAL, O.E.; SANTOS, I.; TAVARES, C.M.M. **Pesquisa em enfermagem – novas metodologias aplicadas** (A sociopoética: uma filosofia diferente e prazerosa). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

GIRARD, R. **A Violência e o Sagrado**. São Paulo: EDUSP, 1990.

GUERRA V.N.A. **Violência de pais contra filhos**: procuram-se vítimas. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 1998.

LAPASSADE, G. Recherche-action externe et recherche-action interne. **Pratiques de formation / analyses**. Paris, n. 18, p.17-41, dez, 1989.

LALLEMENT, M. **História das Idéias sociológicas – das origens a Max Weber**. Tradução de Ephraim F. Alves, Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

LESSA, R. e SANTOS, W. G. dos. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LISBÔA, A. M. J. **A primeira infância e as raízes da violência**. Brasília: LGE, 2007.

MACIEL, K.; R. F.L.A. e outros. **Curso de direito da criança e do adolescente**: aspectos teóricos e práticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MAGALHÃES T. **Maus tratos em crianças e jovens**: guia prático para profissionais. Coimbra: Quarteto, 2004.

MELO, D.F. de. Genograma e Ecomapa: possibilidades de utilização na estratégia de saúde da família **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.** Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 79-89, 2005.

_____ apud Anderson KH, Tomlinson PS. The family health system as an emerging paradigmatic view for nursing. **Image J Nurs Sch.** USA, v. 24, n. 1, p. 57-63, 1992.

_____ apud Bousso RS, Ângelo M. **A enfermagem e o cuidado na saúde da família.** In: Brasil, Ministério da Saúde. Manual de enfermagem. Instituto para o Desenvolvimento da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2001. p. 18-22.

_____ apud Ross B, Cobb KL. **Eco-map construction.** In: Family Nursing. New York: Addison Wesley, 1990; cap 7, p. 177- 181.

_____ apud Herth KA. The root of the all: genograms as nursing assesment tool. **Journal of Gerontological Nursing.** USA, v. 15, n 12, p. 32- 7, dez, 1989.

MENEGHEL, SN. **Famílias em pedaços: um estudo sobre violência doméstica e agressividade na adolescência** [tese]. Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

MINAYO, M.C.S. **Violência e Saúde.** Coleção Temas em Saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

MINAYO, M.C.S. **Saúde, trabalho e formação profissional.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

MINAYO, M.C.S. A difícil e lenta entrada da violência na agenda do setor saúde. **Cadernos de Saúde Pública.** Rio de Janeiro, v.20, maio/jun, p. 32 – 45, 2004.

MINAYO, M.C.S; SOUZA, E.R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Pública,** Rio de Janeiro. v. 4, n.1, p.7-32, 1999.

MITSCHEIN, T.A; CHAVES, J.; MIRANDA, H. **Crescimento, Pobreza e Violência em Belém.** Belém: NUMA/UFPA; POEMA, 2006.

MITSCHEIN, T.A; MIRANDA, H.; PARAENSE, M.: **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva na Amazônia.** O caso de Belém. Belém: NUMA/UFPA; POEMA, 1986.

MORAIS, E.P, EIDT, O.R. Conhecendo para evitar: a negligência nos cuidados de saúde com crianças e adolescentes. **Rev Gaúcha Enferm.** Porto Alegre, v.1, n, 1, p 23 – 48, 1999.

MOURA, ATMS. Estamos realmente detectando violência familiar contra a criança em serviços de saúde? A experiência de um serviço público do Rio de Janeiro, Brasil: **Caderno Saúde Pública**. São Paulo, v. 1, n,1, p. 23 – 45, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **World report n violence and health**. Geneva: WHO, 2002.

OSÓRIO, L.C. **Família hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PADILHA, M.G.S. Abuso sexual contra crianças e adolescentes: considerações sobre os fatores antecedentes e sua importância na prevenção. In Guilhardi, H. J. (Ed.), **Sobre comportamento e cognição**. São Paulo: ESETec, 2002.

PEREIRA, A.R. **Visualizando a política de atendimento**. Rio de Janeiro: Kroart, 1998.

PERES, V.L.A. **Famílias de crianças em situação de rua: Modos de vida, relacionamento familiar e práticas educativas**. 125f, Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1997.

PETZOLD, M. The Phychological definition of 'the family'. In: Cursinato, M.(Org). **Research on Family Resources and needs across the world**. Milano, Led, 1996, p.43.

PRADO, D. **O que é Família**. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1985.

QUINTANEIRO, T. BARBOSA, M.L.de O. OLIVEIRA, M.G. **Um Toque de Clássicos** – 2ª edição. Belo Horizonte-MG: UFMG, 2002.

REIS, M.dos. **Notas sobre a Sociologia da Infância**. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. Sociologia: Consenso e Controvérsias, 2009.

RICOTTA, L. **Quem grita perde a razão – a educação começa em casa e a violência também**. São Paulo: ANNABLUME, 1993.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. Menores institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In: Fausto; Cervini (Orgs). **O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo, Cortez, 1991, p.69-90.

ROSELLI-CRUZ, A. Abuso sexual na infância: conceitos básicos e medidas de proteção. In: Silva, A.S., Senna, E.; Kassar, M. C. M. **Exploração sexual comercial de crianças e adolescentes e tráfico para os mesmos fins**: contribuições para o enfrentamento a partir de experiências em Corumbá-MS. Brasília: OIT, 2005.

SANTOS, V. A. **Violência sexual contra crianças**: o papel da justiça na construção e reconstrução de significados. 150f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia / Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

SARGES, M. de N. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: PAKA-TATU, 2002.

SAUPE, R.; WENDHAUSEN, A.L.P.(orgs). **Interdisciplinaridade e Saúde**. Itajaí: UNIVALI, 2007.

SILVA, H. O.; SILVA, J. S. e. **Análise da violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil: conceitos, dados e proposições**. São Paulo: Global; Brasília: UNICEF, 2005.

SOUSA, R.C. de. **A Função da polícia**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Terezina/Pi, 2007. Disponível em: www.forumseguranca.org.br. Acesso em: 08 de agosto de 2009.

SWART-KRUGER, J. ; DONALD, D. **Crianças das ruas da África do Sul**. Psicologia: Reflexo e Crítica, 1996.

TAVARES, J.de F. **O Direito da infância e da juventude**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

VASCONCELOS, E.M. (org). **Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2002.

VOLPI, M. **Sem Liberdade, sem Direitos: a privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez, 2001.

APÊNDICE 01

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA –
ProPPEC
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE E GESTÃO DO
TRABALHO

6.1.1.1.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

CONVITE DE PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: “CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL: UMA PROPOSTA DE
INTERVENÇÃO COM O USO DA SOCIOPOÉTICA”

Através deste estamos convidando você para participar da pesquisa acima. Nossos **objetivos** gerais foram elaborados considerando os dois momentos de nossa pesquisa:

Etapa 01 – OBJ. Geral 01: Realizar mapeamento de algumas famílias atendidas pela Defensoria Pública do Pará com intuito de apresentar um perfil sociocultural e econômico das mesmas.

Etapa 02 – OBJ. Geral 02: Elaborar e iniciar uma proposta sócio-pedagógica com adolescentes em medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade na Defensoria Pública.

A **justificativa** apóia-se no sentido de que a partir da identificação das redes sociais e do perfil das famílias, torna-se possível conhecer melhor o público de pessoas que são atendidas na DDP, reconhecendo inclusive suas carências e necessidades, numa contribuição importante para que possamos ter uma visão integral de cada um em seu contexto social. A **metodologia** será qualitativa com o uso de algumas ferramentas da abordagem antropológica e também da sociopoética com as seguintes estratégias de coleta de dados: coleta documental / bibliográfica, seleção de informantes, entrevistas individuais e análise das mesmas, observação dos ambientes e pessoas. Todas estas estratégias serão desenvolvidas a partir de agosto de 2008 com previsão de término em abril de 2009 e elaboração do texto final até outubro do mesmo ano.

Quanto a sua participação, sinta-se completamente livre para decidir participar ou não, mas ressaltamos a importância de sua contribuição. Igualmente, esclarecemos que: seu anonimato está garantido; as informações serão sigilosas; a não participação não acarretará nenhum prejuízo a sua pessoa; as informações e

resultados obtidos ficarão a sua disposição; sua participação não acarretará qualquer desconforto, risco dano ou ônus a sua pessoa; os benefícios esperados no estudo relacionam-se a avaliação de um fenômeno que tem por meta contribuir para a nossa dissertação trabalho, podendo ainda fornecer subsídios para a tomada de decisão quanto a projetos de pesquisa futuros e programas de capacitação para o trabalho. Os dados coletados serão utilizados para fins acadêmicos de pesquisa e divulgação de conhecimento sobre o tema. Caso concorde com estes termos solicitamos o preenchimento e assinatura neste documento, conforme segue.

Eu,

Documento de identidade nº _____ declaro que de forma livre e esclarecida, aceito participar do estudo **“CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO COM O USO DA SOCIOPOÉTICA”** desenvolvido pela mestrandia Edivana Ribeiro Tavares com a coordenação e orientação da Prof^a. Dr^a Yolanda Flores e Silva¹¹, na modalidade de Projeto de Pesquisa Científico, vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Saúde e Gestão do Trabalho de Itajaí - SC, da UNIVALI.

LOCAL e DATA:

ASSINATURA

¹¹ Yolanda Flores e Silva – orientadora responsável pela pesquisa junto a UNIVALI / Comitê de Ética e SISNEP / Ministério da Saúde. Contato: yolanda@univali.br / fone: 48. 3341 7932.

APÊNDICE 03

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA -
ProPPEC
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL SAÚDE E GESTÃO DO
TRABALHO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

DADOS GERAIS A SEREM OBSERVADOS
Localização da Comunidade visitada:
Aspectos paisagísticos – natural e construído:
Zona rural ou urbana:
Organização das construções domésticas (aspectos visuais):
Organização das construções comerciais (aspectos visuais):
Tipo de ruas:
DADOS RELACIONADOS A CONSTRUÇÕES DOMÉSTICAS
Organização das casas nos terrenos? Tem mais de uma casa no mesmo terreno?
As casas possuem jardins? E quintais?
As casas têm lixeiras nas portas?
As casas são pintadas?
A arquitetura é agradável ao olhar?
Existe uma organização de estilo de construção?
Tem água, esgoto ou sujidades em quantidade nas ruas?
Em média, as casas são grandes? As construções aparentam segurança?
DADOS RELACIONADOS A CONSTRUÇÕES COMERCIAIS
Quais organizações comerciais você localizou?
Quais organizações você não conseguiu localizar?
Você localizou organizações governamentais (estaduais, municipais ou federais)
Aspecto das construções de: escolas, postos de saúde e igrejas?
Identifique e cite ambientes de lazer e recreação.
DADOS RELACIONADOS ÀS PESSOAS OBSERVADAS
Quais características étnicas / raciais são predominantes?
As pessoas na rua demonstram curiosidade com sua presença?
É perceptível alguma conduta diferente para você? Descreva.
As pessoas observadas são jovens ou idosas?
DADOS RELACIONADOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Aspectos da construção: pintura, limpeza, cuidados gerais ambientais.
Aspectos internos: conforto, muitas pessoas esperando, poucas pessoas no ambiente, disposição dos móveis, etc.
Equipe: simpáticos, receptivos, comunicativos, surpresos, tranquilos, etc.
OBSERVAÇÕES E IMPRESSÕES DO PRIMEIRO CONTATO COM A COMUNIDADE

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)